

CAPÍTULO 3

O Desencadeamento Histórico da Revolução Burguesa

A LONGA DIGRESSÃO anterior era necessária, pois ela nos mostra como as alterações políticas condicionaram a reorganização da sociedade e da economia, inserindo as estruturas econômicas coloniais dentro de uma nova ordem legal, estimulando a organização e o crescimento de um mercado interno e configurando uma *situação de mercado* que se tornaria, bem depressa e segundo um ritmo de aceleração crescente, o principal polarizador do desenvolvimento econômico nacional. A economia brasileira ganhara, em poucas palavras, certos substratos materiais ou morais e os dinamismos econômicos básicos para assimilar os modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais. No entanto, dada a sua própria condição de economia periférica e dependente, não iria assimilar tais modelos reproduzindo, pura e simplesmente, o desenvolvimento prévio daquelas economias. Ao contrário, os referidos modelos tenderiam a ser saturados, historicamente, de acordo com as possibilidades sócio-econômicas e culturais de expansão do mercado interno. Isso fez com que a **assimilação** inicial desses modelos fosse mais intensa nos centros urbanos que coordenavam as relações de exportação e de importação, os quais absorviam, assim, as vantagens econômicas decorrentes da diferenciação ou do aumento da produção rural, da transformação dos padrões de consumo e de comércio, e da dinamização da vida econômica. Apesar disso, mesmo nesses centros a **assimilação** dos ditos modelos de organização econômica estava sujeita às peculiaridades estruturais e funcionais da situação de mercado existente.

O mesmo fator que determinou a perpetuação indefinida das estruturas econômicas coloniais, que condicionou a transformação dos antigos "senhores rurais" numa aristocracia agrária e que tolheu os efeitos econômicos da autonomização política iria, nessa fase, modelar a situação de mercado em um sentido típico. O núcleo de real vitalidade econômica produzia para exportação, não para o consumo interno. Em conseqüência, configurou-se, estrutural e funcionalmente, uma situação de mercado em que preponderavam as conexões econômicas com o exterior e em que as conexões econômicas com a vida econômica interna possuíam escassa importância estrutural e dinâmica. Para descrever essa situação de mercado típica, vários autores têm apelado para as noções de "mercado externo", "mercado interno" e "crescimento econômico dependente". Em si mesmas, tais noções são corretas. Todavia, o seu emprego analítico isolado leva a negligenciar o fato de que elas não se referem a realidades distintas, pois dizem respeito aos diversos aspectos de uma mesma situação de mercado. Um país cuja economia se especializa na produção agrícola e obtém os excedentes de que precisa por meio da exportação depende do mercado externo e possui um mercado interno forçosamente débil. O que importa, na análise sociológica, é conseguir uma descrição integrativa e totalizadora. Ora, isso não é difícil, desde que se compreenda que a situação de mercado se configura a partir de vários elementos sócio-econômicos. No caso brasileiro, os elementos cruciais, no período considerado, podem ser reduzidos a três: 1) preponderância da exportação; 2) importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola; 3) dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico¹. A situação de mercado, que se configurava economicamente a partir desses elementos, dinamizava a vida econômica em um sentido que prescindia de um forte impulso inicial no desenvolvimento interno do capitalismo. Embora organizada através de uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro, a economia brasileira produzia para fora e consumia de fora. Essas circunstâncias restringiram consideravelmente a amplitude e a intensidade do campo dentro do qual se processou, inicialmente, a absorção dos modelos de organização da vida econômica que podiam ser transplantados.

De um lado, como as condições da produção rural destinada à exportação se mantiveram relativamente constantes, a esfera na

¹ A contrapartida sociocultural desses três elementos foi omitida, para não estender desnecessariamente a explanação.

qual as alterações se aceleraram abrangia os dois aspectos da situação de mercado que foram afetados diretamente pelas consequências econômicas da autonomização política. Esses dois aspectos são: 1.º) a internalização de fases da comercialização do produto que antes se desenrolavam fora do País ou eram controladas pela administração colonial; 2.º) as aplicações livres do excedente econômico em bens de consumo que envolviam um novo estilo de estúpido do status senhorial ou em fins economicamente produtivos. Ambos os fatores exerciam influências coincidentes, pois engendraram um mercado interno nuclearmente heteronômico e voltado para fora. Graças à primeira conexão, o núcleo mais ativo da situação de mercado se constituía em ligação e em subordinação aos interesses dos importadores dos "produtos tropicais"; graças à segunda conexão, o segundo elemento ativo da situação de mercado (por sua ordem de importância econômica) se constituía em ligação preponderante com os interesses dos exportadores estrangeiros de bens acabados, que se converteram nos maiores beneficiários das pressões do comércio interno. De qualquer modo, ambas as tendências tiveram o mesmo efeito: confinaram a assimilação de padrões econômicos novos à esfera das atividades comerciais (de exportação e de importação), nas quais desabrocharia o primeiro florescimento do capitalismo em um sentido verdadeiramente moderno e extracolônial. De outro lado, a extensão dos modelos transplantados a outros planos da vida econômica e sua progressiva universalização como fatores de integração da ordem econômica passaram a depender da estrutura da situação de mercado. Qualquer mudança na direção de aumentar as proporções, a intensidade e a eficácia da assimilação dos modelos econômicos fornecidos pelas economias centrais teria de subordinar-se, naturalmente, ao aparecimento e ao fortalecimento de tendências de produção e de consumo suscetíveis de alimentar formas relativamente autônomas de crescimento econômico. Essas tendências apareceram contemporaneamente às fases de instauração da autonomia política. Mas só se consolidaram posteriormente. Suas influências mais precoces se manifestaram em conjunção com as pressões do desenvolvimento urbano sobre a elevação ou a diferenciação do consumo e o estímulo que isso representou tanto para a expansão da lavoura de subsistência ou a criação de gado e a comercialização interna dos mantimentos ou do charque, quanto para a expansão da produção artesanal e manufatureira. Esse processo econômico adicionou mais dois elementos básicos à situação de mercado: 1) a produ-

ção agrícola, artesanal ou manufatureira destinada ao consumo interno; 2) a utilização do excedente econômico como fator de dinamização, de diferenciação ou de autonomização da vida econômica². Até o presente, os dois elementos apontados jamais chegaram a eliminar os outros três; nem mesmo conseguiram contrabalançar os efeitos estruturais e dinâmicos que eles exercem, como fatores de heteronomia econômica. A razão disso está no fato, mais ou menos patente, de que não surgiu uma situação de mercado nova, independente dos nexos coloniais ou imperialistas, inerentes ao esquema exportação-importação controlado de fora. De um modo ou de outro, tais nexos interferiram e por vezes regularam o aparecimento ou a importância relativa dos dois elementos diretamente vinculados aos dinamismos internos da economia brasileira. A esta parte da exposição, o que interessa é que a estrutura da situação de mercado apontada engendrou processos econômicos que se refletiram, seja quantitativamente, seja qualitativamente, na absorção dos modelos econômicos transplantados e, portanto, no grau e forma de vigência do capitalismo na sociedade brasileira.

Esse pano de fundo sugere quão emaranhado e desnorteante foi o desencadeamento da "Revolução Burguesa" numa economia colonial, periférica ou dependente. Não existiam as condições e os processos econômicos que davam lastro ao funcionamento dos modelos econômicos transplantados nas economias centrais. Eles só podiam ser postos em prática, com eficiência e senso de "previsão econômica", nas ações e relações econômicas nas quais a situação de mercado aqui imperante já reproduzia determinados requisitos institucionais das economias centrais. Isso se deu, de começo, apenas no mais elevado nível da comercialização: nas transações econômicas controladas de fora (nos "negócios" de exportação e de importação); e nas transações econômicas associadas ao desenvolvimento interno do "alto comércio". Além disso, como a situação de mercado existente combinava, articuladamente, elementos heteronômicos com elementos autônomos, boa parte dos modelos econômicos transplantados não tinham por meta criar processos econômicos de desenvolvimento

² As alternativas implícitas respondem às diversas situações que se poderiam considerar, em termos setoriais, as quais tornam relevantes as diferenças entre dinamização, diferenciação e autonomização da vida econômica. Também aqui foi omitida a explicitação dos fatores socioculturais que explicariam a relação estrutural e funcional dos dois elementos apontados com a situação de mercado existente.

interno análogos aos que eram produzidos pela integração das economias centrais. Ao contrário, suas funções latentes ou manifestas consistiam em manter e em intensificar a incorporação dependente da economia brasileira àquelas economias. Desse prisma, os processos econômicos que podiam ser desencadeados, orientados e organizados através dos modelos econômicos transplantados visavam a acelerar o desenvolvimento econômico interno segundo objetivos que o articulavam, heteronomicamente, aos dinamismos das economias centrais. Daí podia resultar um desenvolvimento paralelo do capitalismo no Brasil. Esse capitalismo não continha, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas Nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões — uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente”.

A correção dos efeitos dos elementos básicos da situação de mercado, que produziam um estado de heteronomia econômica inexorável, não se faria, é claro, a partir de influências controladas, de modo direto ou indireto, a partir das economias centrais. Ela teria de decorrer da atividade dos outros dois elementos da situação de mercado, entrosados à diferenciação, ao desenvolvimento e à autonomização da vida econômica interna. A eficácia e a racionalidade desses elementos não são comparáveis às dos outros três, que se incorporavam a mecanismos mais ou menos integrados das economias centrais. Ainda assim, devido aos interesses puramente egoísticos a que eles se vinculavam ao nível do comportamento individual dos agentes econômicos e em virtude da crescente importância do nacionalismo como fator de política econômica, eles lograram várias funções latentes e algumas funções manifestas que alargaram o âmbito e intensificaram o curso de desenvolvimento do capitalismo. Embora este nunca chegasse a assimilar o padrão vigente nas economias centrais, em vários pontos (sob efeitos incontrolláveis do “desenvolvimento induzido de fora”; e sob efeitos imprevistos ou desejados do “desenvolvimento provocado de dentro”), a evolução econômica interna ultrapassou os limites da situação de mercado engendrada pelo neocolonialismo econômico.

É dentro desse amplo mas contraditório contexto histórico que se devem compreender e interpretar, sociologicamente, o apa-

reio e a atuação dos vários fatores que desencadearam a “Revolução Burguesa”³, sobre os fracos alicerces lançados pela autonomização política do País. Dentro desse quadro, um fator diz respeito ao comportamento das economias centrais. Ele não é fácil de localizar. Sob alguns aspectos, é anterior à transferência da Corte portuguesa e à Abertura dos Portos. Sob outros aspectos, ele mudou de caráter, ao longo do tempo, adaptando-se de maneira plástica às transformações estruturais do desenvolvimento econômico interno⁴. Sempre concorreu, no entanto, para manter e fortalecer a posição heteronômica do Brasil em face das economias centrais, mesmo depois que as técnicas neocoloniais foram substituídas pelos procedimentos mais sutis do moderno imperialismo econômico. Os outros dois fatores se referem aos agentes humanos que “viveram o drama” e podem ser vistos como principais atores e fautores do desencadeamento da “Revolução Burguesa”. Movidos inicialmente por interesses egoísticos e economicamente mais ou menos toscos, logo evoluíram para formas de consciência social de seus dilemas econômicos que tiveram importância crucial na elaboração de sucessivas *políticas econômicas*, no Império e na República. Tais agentes humanos são o “fazendeiro de café” e o “imigrante” e serão considerados nesta exposição tão-somente nos limites em que suas atividades econômicas tiveram a significação de uma ruptura com o passado da era colonial⁵.

Quanto ao primeiro fator, é óbvio que a extinção do estatuto colonial e a constituição de um Estado nacional independente,

³ Conforme pp. 29-30.

⁴ Após alguma indecisão, pensamos ser melhor não discutir aqui senão os aspectos das relações com os capitais e as influências externas que caem no âmbito do período considerado.

⁵ Esta maneira de focalizar o assunto leva-nos a omitir as funções históricas do “alto comércio” no desenvolvimento interno da “burguesia” e do “espírito burguês”. No entanto, como não nos interessamos em discutir a formação da burguesia nacional, mas como se deu a “Revolução Burguesa”, esse lapso inevitável não tem grande importância. O leitor poderá encontrar, em outras obras, os dados omitidos. A presente discussão não omite, porém, o que seria essencial: como esse *alto comércio*, através das agências ou da tecnologia e capitais das economias centrais, exerceu influência direta na expansão do capitalismo no Brasil. Apenas lamentamos que o caráter deste ensaio não nos permita apontar as resistências que ele levantaria tenazmente, mais tarde, tanto às modalidades de substituição de importações que afetavam sua situação de interesses ou suas técnicas de organização econômica, quanto às manifestações mais radicais do nacionalismo econômico.

controlado pela aristocracia agrária, mudaram o caráter da relação da economia brasileira com o sistema econômico externo. Os agentes ou as agências econômicas estrangeiros, interessados em operar na esfera da comercialização dos "produtos tropicais" ou em tirar proveito das aplicações do excedente econômico que aquela produzia, viram-se em condições de assumir o controle econômico da antiga Colônia, sem riscos imprevisíveis, de natureza política, e sem os vários tipos de ônus econômicos resultantes do sistema colonial. Na verdade, o essencial consistia na elaboração econômica da apropriação colonial. As alíquotas de que participavam a Coroa, seus prepostos e as companhias comerciais poderiam ser extintas ou redistribuídas. Na primeira alternativa, a própria apropriação colonial seria condenada; na segunda, ela seria redefinida e reimposta por meios estritamente econômicos. O problema que se colocava, para o produtor brasileiro e para o importador estrangeiro, estava em decidir *como* se processariam as coisas e *quem* ficaria com a parcela maior das vantagens decorrentes. Apesar da presença da Inglaterra e do apoio preferencial com que contavam os importadores ingleses, para eles o problema não tinha uma feição política, mas econômica. Somente por vias econômicas novas eles poderiam obter resultados análogos aos fornecidos, anteriormente, pelos controles políticos superados. As elites da aristocracia agrária não eram alheias aos diferentes aspectos ou conseqüências desse problema. Tampouco estavam desinteressadas das vantagens econômicas, que poderiam ganhar ou perder. De fato, desde que se consumou a transferência da Corte e que se operou a abertura do comércio com o exterior, lutaram com tenacidade para internalizar, tão rapidamente quanto fosse possível, as fases de comercialização dos produtos que fossem assimiláveis pela economia brasileira. Aparentemente, tais manifestações de "nacionalismo econômico" voltavam-se contra alegados "interesses portugueses". De fato, porém, o que pretendiam era livrarem-se de sua posição marginal nas relações econômicas com o mercado externo.

Não obstante, a situação de mercado imperante tolheu seus anseios mais profundos, deixando-lhes, realmente, apenas a perspectiva de acomodação à substituição dos tipos de controle. Tiveram, pois, de se contentar com as vantagens econômicas inerentes à autonomização política do País, deixando aos importadores europeus uma ampla margem de dominação econômica, que só seria eliminada se se extirpasse a grande lavoura exportadora. Os importadores estrangeiros aproveitaram-se, por sua vez, da estru-

tura da situação de mercado interna e das disposições econômicas da aristocracia agrária. Como só eles dispunham de recursos financeiros, técnicos, humanos e institucionais para pôr em marcha os *desígnios nacionais* acalentados pela autonomização política, coube-lhes dirigir, na realidade, a reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional. Aceitando a internalização dos processos de exportação e de importação e deslocando a marginalidade econômica do exportador brasileiro do nexo político para o nexo econômico, ao mesmo tempo em que se acomodavam às transformações e às vantagens econômicas que elas conferiam à aristocracia agrária emergente, os agentes econômicos externos criavam bases bastante frutíferas para uma composição vantajosa. Em pouco tempo, conseguiram lograr tamanho êxito nessas operações, que converteram a aristocracia agrária em uma espécie de "sócio menor", malgrado as tendências e as conseqüências políticas internas da burocratização da dominação patrimonialista.

Portanto, as relações econômicas com o exterior não se alteraram, apenas, dentro de um contexto histórico que preservava certas dependências nucleares. Elas se deram de modo a modificar a qualidade dessas dependências. Por isso, o sistema de ajustamentos econômicos teria de ser alterado nesse nível, para que a "economia nacional" em emergência pudesse articular-se, normalmente, às funções que lhe cabiam no cenário econômico mundial. Sob esse prisma, o neocolonialismo erigiu-se em fator de modernização econômica real, engendrando várias transformações simultâneas da ordem econômica interna e de suas articulações aos centros econômicos hegemônicos do exterior. O principal aspecto da modernização econômica prendia-se, naturalmente, ao aparelhamento do País para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por "elites nativas". O referido aparelhamento não poderia ser feito de um momento para outro; ele se iniciou como processo econômico e sociocultural de longa duração e abrangia todos os elementos que compõem uma economia capitalista integrada embora dependente. De início, deu-se mais importância à transferência de firmas ou de filiais de firmas em pequena escala, o que fez com que o processo se realizasse em torno da transplantação de unidades econômicas completas, que se especializavam em transações comerciais (de exportação e de importação) e em operações bancárias. Com elas, processava-se a transferência de tecnologia, de

capitais e de agentes econômicos, com as instituições sociais que podiam organizar suas atividades ou funções no "setor novo" da economia brasileira. Com base nesse aparelhamento, delineavam-se dois desenvolvimentos concomitantes: 1.º) a emergência de um novo padrão de crescimento econômico interno; 2.º) a organização dos nexos de dependência econômica em relação ao exterior através de elementos nucleares desse novo padrão de crescimento econômico, ou seja, em função das estruturas e dos dinamismos internos da economia brasileira. Dessa forma os controles econômicos externos instalavam-se onde eles deviam operar — no cerne da vida econômica interna, preparando-se para se diferenciarem, se intensificarem e crescerem com ela. Em consequência, tal aparelhamento eliminava a posição marginal que o Brasil ocupava em face do capitalismo comercial, enquanto perdurou o sistema colonial. Com ele, a economia do País passava a ter um *status* próprio na organização da economia mundial, gerada pelo capitalismo comercial. Graças a esse *status* é que podia absorver novos padrões de comportamento e de organização econômicos, tecnologia moderna, instituições econômicas, capital e agentes humanos economicamente especializados etc., dando um verdadeiro salto súbito na participação dos modelos capitalistas de organização da personalidade, da economia e da sociedade. O processo concentrou-se, naturalmente, na esfera das atividades e operações mercantis, compreendidas nos "negócios de exportação e de importação" e nos mecanismos monetários, de crédito ou bancários correspondentes. A razão disso é evidente. Foi nessa área que se desenrolou a internalização de atividades e operações econômicas que, antes, eram realizadas ou controladas inteiramente de fora. Impunha-se introduzir nela os tipos de institucionalização dos processos econômicos que eram requeridos pela situação nova, que racionalizava e secularizava os nexos de dependência diante do exterior.

Por aí se vê que a modernização econômica associada à extinção do estatuto colonial e à implantação de um Estado nacional independente não tinha por fim adaptar o meio econômico brasileiro a todos os requisitos estruturais e funcionais de uma economia capitalista integrada, como as que existiam na Europa. Os seus estímulos inovadores eram consideráveis, mas unilaterais. Dirigiam-se no sentido de estabelecer uma coordenação relativamente eficiente entre o funcionamento e o crescimento da economia brasileira e os tipos de interesses econômicos que prevaleciam nas relações das economias centrais com o Brasil. Por

isso, tais estímulos conduziram a uma rápida transformação da mentalidade e das formas de organização econômica imperantes ao nível do comércio (em particular, do comércio de exportação e do comércio de importação, com seus desdobramentos sobre o chamado "alto comércio" interno). E não envolviam, em nenhuma de suas fases ou momentos centrais, o impulso de dirigir a mudança econômica no sentido de provocar ou de acelerar uma nova espécie de desenvolvimento econômico (que permitisse aumentar a autonomia econômica, através da expansão da produção agrícola, artesanal ou manufatureira que pudesse ser consumida internamente). Desse ângulo, a modernização econômica induzida de fora constituía um processo sócio-econômico espontâneo, que tinha por função organizar e expandir os negócios de exportação e de importação de maneira a incorporar a economia brasileira ao sistema econômico colonial moderno. Não obstante, ela produziu dois efeitos sócio-econômicos construtivos (com vistas ao desenvolvimento econômico do País). Primeiro, na medida em que não surgiram alternativas para outros tipos de evolução econômica, social e política, ela possui o mesmo significado que se pode atribuir ao comportamento político da aristocracia agrária. Fez parte dos mecanismos econômicos adaptativos pelos quais os níveis de produção e de exportação, alcançados anteriormente pela grande lavoura, foram mantidos e melhorados. Segundo, a esse processo, apesar de todas as suas limitações e de suas funestas consequências econômicas prende-se, a longo prazo, o primeiro surto de renovação econômica interna propriamente dita. Os padrões capitalistas se introduziram, através dela, de forma compacta e autêntica, na esfera das transações comerciais; converteram-se em dimensão real e efetiva do comportamento dos agentes econômicos, afetando tanto os conteúdos quanto a organização de suas personalidades. O "elemento burguês" do setor novo da economia brasileira nasce diretamente de sua influência profunda, que implantou todo um complexo cultural fundamental da civilização capitalista no seio da sociedade brasileira.

Isso deixa claro que a substituição dos nexos de dependência vinculava-se a mecanismos reais de mudança econômica (embora tais mecanismos fossem, ao mesmo tempo, os meios pelos quais se concretizariam, historicamente, os novos laços de dependência). Todavia, para o desenvolvimento econômico ulterior, o segundo efeito construtivo acabou tendo maiores consequências estruturais e dinâmicas. É bem sabido o que representa, para um povo recém-egresso do sistema colonial, a presença física per-

manente e atuante de agentes econômicos, técnicas e capitais operando ao nível dos interesses econômicos, mas retraindo-se ou acomodando-se ao nível dos interesses políticos. Se isso dá maior consistência ou eficácia aos laços de dependência puramente econômica, também simplifica e favorece a absorção de técnicas, capitais e formas sociais de ações ou de relações econômicas. No caso brasileiro, o eixo econômico em torno do qual gravitavam os interesses externos não eram de monta a criar a necessidade de pressões políticas externas tumultuosas e dramáticas. Ao contrário, ele facilitou a tendência à secularização das relações econômicas com o exterior, já apontada. Deixar o controle administrativo e político nas mãos da aristocracia agrária, com completa segurança quanto à estabilidade do *status quo ante*, do ponto de vista econômico equivalia a transferir custos do importador para o produtor dos "produtos tropicais". Em tais circunstâncias, ao concretizar-se a dependência puramente econômica, também se concretizava, simultaneamente, a primeira etapa histórica do processo sociocultural por meio da qual ela seria superada e convertida no seu contrário. Chega-se, assim, a uma conclusão aparentemente contraditória. A autonomização política não resultou nem conduziu a nenhuma transformação econômica de natureza revolucionária. No entanto, onde ela se vinculou a transformações econômicas relativamente significativas e profundas, e se manifestavam mais fortemente os novos laços de dependência do País em relação ao exterior, ela iria ser a fonte de toda uma série de mudanças econômicas e, nesse sentido, o verdadeiro ponto de partida de maior liberdade e de maior independência na esfera econômica. A questão, aí, não é tanto do salto que se deu com a absorção sociocultural e econômica de novas técnicas, capitais e modelos de ação econômica. Está, antes, na mudança sofrida, internamente, pelo padrão de civilização vigente. Este passou a organizar a vida econômica em novas bases, pelo menos nas áreas afetadas pelas atividades mercantis assinaladas, e sofreu uma diferenciação que permitia reduzir a distância histórico-cultural que existia entre o fluxo daquele padrão de civilização nas economias centrais e o seu fluxo em nossa economia. Pela primeira vez, emergia na cena histórica brasileira o verdadeiro palco do "burguês": uma situação de mercado que exigia, econômica, social e politicamente, o "espírito burguês" e a "concepção burguesa do mundo". E era por aí que o processo de modernização econômica, desencadeado pela substituição dos nexos de dependência, tenderia a negar-se e a supe-

rar-se. Com o correr do tempo, o "espírito burguês" e a "concepção burguesa do mundo" teriam de desprender-se de suas matrizes históricas, voltando-se para as potencialidades econômicas inerentes aos fatores internos da situação de mercado. Então, mesmo sob a influência persistente de tais nexos, eles estimulariam os agentes econômicos a valorizar formas de crescimento econômico análogas às que presidiram ao desenvolvimento do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos.

Os diferentes aspectos, fases e conseqüências desse processo de modernização econômica, que atingiria o seu apogeu com o ciclo do café, infelizmente não podem ser debatidos aqui. Cumpriria pôr em evidência, porém, algumas de suas implicações econômicas, de relativa importância para a análise sociológica dos rumos assumidos pela evolução do capitalismo no Brasil. A esse respeito, merece especial destaque o padrão predominante de transferência cultural das unidades econômicas importadas. Excepcionalmente algumas áreas do comércio a varejo e da produção artesanal, o motor do processo de modernização econômica não repousava na presença física de grandes números de agentes econômicos. Ao contrário do que sucedera com o tacanho comércio colonial, todo ele baseado em controles pessoais e diretos, as atividades econômicas decorrentes dos "negócios de exportação" e do "alto comércio" importador podiam ser controladas a distância, através de mecanismos impessoais ou indiretos e com a colaboração de reduzido número de "agentes de confiança" (ou qualificados). O que importava era menos a presença física de muitos agentes econômicos capazes de desenvolver e de manter controles pessoais e diretos sobre a situação econômica, que a criação de mecanismos de controle suscetíveis de medida em termos pura ou predominantemente econômicos. Por isso, nas esferas em que a comercialização possuía maior importância integrativa e dinâmica para a ordem do sistema econômico global, a transplantação de unidades econômicas completas visava antes à formação de condições para a manifestação eficiente daqueles mecanismos de controle, que à transferência de numerosos agentes econômicos estrangeiros.

Esse fato contém enorme significação analítica. A ele se prende a tendência de associação de brasileiros às firmas estrangeiras e, em particular, a extrema amalgamação de interesses "estrangeiros" e "nacionais" nesse setor. O estudo de algumas figuras importantes da vida comercial e bancária do País, durante a primeira metade do século XIX, mostra que a esse caráter

do processo de modernização econômica estão ligados três efeitos fundamentais distintos. Primeiro, a aceitação dos controles estrangeiros da vida econômica interna processava-se sob forte identidade de interesses e, até, sob laços profundos de lealdade e de simpatia. Tudo se passava como se o “perigo” procedesse dos controles pessoais e diretos, que os comerciantes portugueses traziam à tona de modo tão desastrado e “antinacional”. Segundo, a socialização para os papéis econômicos emergentes ou para agir segundo modelos econômicos novos tendia a processar-se sob condições de maximização de sua eficácia relativa (pois ela se apoiava em suportes materiais ou morais incorporados às unidades econômicas transplantadas), mas de maneira a não tolher certa liberdade de iniciativa, na tomada de decisões imprevisas ou fundamentais. Isso explica por que pequenas firmas, que operavam com vultosos negócios de exportação, atingiam o rendimento apresentado e, especialmente, o intenso crescimento das firmas que se dedicavam ao “alto comércio” importador, bem como a facilidade com que algumas delas se nacionalizavam. Muitas vezes, o interesse econômico real não estava nem na propriedade nem na gestão de “filiais”, mas nas vantagens auferidas através da exportação em si e por si mesma. As organizações estrangeiras podiam, assim, usar procedimentos econômicos aparentemente liberais, eqüitativos e neutros. Terceiro, essas duas conexões ataram o “homem de negócios” urbano às malhas dos controles econômicos externos. A clientela que consumia os artigos importados (ou que dependia dos “negócios de exportação”) pertencia aos estamentos senhoriais. Ela podia fazer, e de fato fazia, enorme pressão no sentido de manter a sua imagem da *normalidade econômica*, de acordo com a qual a exportação de produtos agrícolas e a importação de bens acabados constituiriam ajustamentos econômicos altamente vantajosos para o Brasil. No entanto, os homens envolvidos nas diversas esferas dos negócios de exportação e de importação possuíam ligações bem mais profundas com os “interesses externos”, prescindindo desse tipo de coerção como e enquanto agentes econômicos. De um lado, compartilhavam, com as elites da aristocracia agrária, a idéia segundo a qual a melhor política econômica era a fornecida pelo liberalismo econômico. De outro, porém, a parte mais extensa e, por isso, mais fermentativa do setor comercial — formada pelo comércio atacadista intermediário, pelo comércio a varejo e pela produção artesanal — via-se comprimida pelo circuito econômico extremamente fechado de uma economia na qual apenas a aris-

tocracia agrária possuía autêntico poder aquisitivo. O liberalismo perdia, aqui, a conotação de uma ideologia de racionalização da dependência econômica e equacionava-se, literalmente, como uma concepção radical do mundo. O curioso é que as situações de interesses vinculadas a essa divergência engendraram reações inconformistas que se dirigiam, em escala social, especificamente contra a ordem econômica interna (a escravidão e o patrimonialismo vistos como fatores de estrangulamento da economia). Os negócios de exportação e de importação não eram percebidos, em si mesmos, como fatores de dependência econômica, nem eram execrados como tal. A única conexão psicossocial do liberalismo, que se manifestava regularmente no comportamento econômico, punha ênfase no elemento competitivo e na importância do comércio como fonte de riqueza, do conforto ou da segurança e como fator de civilização. Essa polarização do liberalismo econômico iria alterar-se depois do terceiro quartel do século XIX. Não obstante, esse quadro demonstra quão extensa, forte e profunda vinha a ser a submissão dos segmentos comerciais aos controles econômicos externos. Esses segmentos praticamente estimulavam uma espécie de reserva de mercado à produção externa. Por conseguinte, suas pressões sobre os padrões e os níveis do consumo incitavam um inconformismo puramente social (voltado contra o escravismo e suas supostas conseqüências econômicas) e diluíam-se, através de razões ultra-egoísticas e irracionais (pois pretendia-se intensificar a circulação e aumentar a margem de lucro sem alterar-se a estrutura da situação de mercado), na esfera propriamente econômica.

Essa análise sugere o quanto o setor novo era afetado, em termos estruturais e dinâmicos, pelo estado heteronômico da economia brasileira. Sob certos aspectos, os agentes econômicos, que operavam nesse setor, se encontravam em situação análoga à da aristocracia agrária, sem contar com as vantagens econômicas que aquela auferia, graças ao monopólio do poder político. Apesar disso, os agentes econômicos desse setor iriam tirar proveito estratégico de sua inclusão no desenvolvimento econômico urbano, transformando sua situação de interesses em fonte de negação e de superação dos nexos de dependência decorrentes do neocolonialismo. Para se entender como isso ocorreu, seria preciso correlacionar certos efeitos econômicos da economia agrária patrimonial, da burocratização da dominação patrimonialista e da expansão interna do capitalismo mercantil. Por sua estrutura, aquela economia não possuía condições para absorver e dinamizar o

excedente econômico que produzisse. A burocratização da dominação patrimonialista, por sua vez, estimulou alterações concomitantes da mobilidade social das elites senhoriais e de sua responsabilidade política, as quais redundaram em severa elevação do estipêndio econômico do *status* senhorial. Em poucas palavras, a economia agrária patrimonial constituía uma agência ímpar de captação de excedente econômico. Parte substancial deste, que não se destinava à preservação do quadro produtivo escravista ou ao entesouramento, era consumida, depositada a juros ou aplicada reprodutivamente na cidade. Graças a essa conexão, a produção agrícola exportadora erigiu-se em condição do crescimento econômico interno. A divisão de trabalho social e a estrutura capitalista da situação de mercado funcionavam, em última instância, como fatores sócio-econômicos da redistribuição da renda. Em consequência, o setor novo da economia absorvia parcelas crescentes do excedente econômico e convertia-se no fulcro de um novo padrão de desenvolvimento econômico. Está claro que os efeitos desse processo foram acanhados, pelo menos enquanto ele não encontrou apoio no aumento e na diferenciação de produção agrícola, artesanal e manufatureira voltada para o consumo interno. Ao que parece, contudo, ele antecedeu, condicionou e orientou as transformações que se iriam manifestar tanto na esfera da produção quanto na do consumo.

O significado de tal processo para a presente análise é óbvio. Dele provém o chamado dinamismo do setor novo e, o que importa mais, a diferenciação das situações de interesse dos agentes econômicos, ligados às atividades comerciais (especialmente ao "alto comércio"); mas, numa escala menor e universal, a todos que se beneficiavam da pressão das atividades comerciais sobre a redistribuição da renda). Tais agentes econômicos estavam engolfados na economia urbana. Ocupavam posições e desempenhavam papéis econômicos que se originavam de sua organização. Conheciam, pois, suas probabilidades de expansão a curto e a longo prazo. Essas circunstâncias fizeram que eles desfrutassem uma localização estratégica ultrafavorável ao aproveitamento das oportunidades econômicas fomentadas pelo desenvolvimento das cidades. Desse modo, as parcelas do excedente econômico absorvidas através das atividades mercantis serviam para dinamizar o crescimento da economia urbana. Ao mesmo tempo, os agentes econômicos empenhados nessas atividades convertiam-se nos principais agentes humanos do desenvolvimento econômico interno. Algumas vezes, ampliando as suas empresas comerciais; outras,

com maior freqüência, participando ativamente das aplicações capitalistas em que se fundavam o aparecimento ou a expansão dos serviços públicos ou os negócios de maiores proporções. Formou-se, dessa maneira, uma trama de ações e de relações econômicas, que vinculavam os agentes econômicos do setor mercantil, de modo variável, a várias iniciativas econômicas novas. Muitos deles faziam parte da aristocracia agrária ou eram "testas-de-ferro" de certos figurões. Mas a grande maioria não possuía outra vinculação econômica senão com a própria economia urbana. Assim, malgrado sua dependência em relação ao exterior, o setor novo podia negar-se e superar-se independentemente dos fatores heteronômicos da estrutura da situação de mercado. Mantendo-se estáveis certas tendências estruturais de circulação e de redistribuição da renda, podiam aumentar a diversidade e o ritmo de suas atividades econômicas, elevando suas probabilidades de acumulação de capital acima dos limites de participação da renda da aristocracia agrária. Como o setor novo se constituía, também, como setor estruturalmente capitalista (sob o signo do capitalismo mercantil), seus agentes econômicos não sofriam os bloqueios que pesavam sobre a acumulação estamental de capital (os quais induziam os senhores rurais mais ativos a deslocarem suas atividades práticas para o âmbito da economia urbana). Podiam dinamizar seus comportamentos econômicos, portanto, em direções puramente capitalistas.

Explica-se, assim, como uma condição nuclearmente heteronômica pudesse gerar a sua própria negação e a sua superação. O setor novo possuía um circuito capitalista suficientemente diferenciado e complexo para ordenar-se e crescer em função das condições materiais e morais do ambiente. Sem dúvida, esse circuito não apresentava requisitos estruturais e dinâmicos análogos aos que se formariam, na mesma época, numa economia capitalista central. Isso significa que ele jamais conseguiria eliminar, por si mesmo, o estado heteronômico do sistema econômico global. No entanto, por ser o setor integrado em bases propriamente capitalistas, não só podia absorver os dinamismos capitalistas do sistema econômico global. Também podia realizá-los segundo tendências próprias, libertando-se da estagnação estrutural do setor agrário e imprimindo ao sistema econômico global as características dinâmicas do capitalismo mercantil.

Esta discussão da modernização econômica seria incompleta se não atentássemos para um último aspecto: as suas implicações seculares. Na verdade, ela pressupunha absorção de capitais, de

técnicas, de instituições e de agentes econômicos procedentes do exterior. No plano imediato, ela se traduzia num *salto econômico*, como salientamos, pelo avanço do setor novo sobre a organização e as potencialidades dinâmicas do resto da economia brasileira. Visto prospectivamente, esse salto representava a conquista de um novo patamar para o desenvolvimento ulterior do mercado e do sistema econômico global. Correlacionando-se esse patamar com a intensificação do capital social, provocada pela autonomização política (criação do substrato econômico de uma economia nacional, especialmente ao nível dos meios de transporte ou de comunicações e de outros serviços públicos), e com a assimilação de novos padrões de crescimento econômico, desencadeada pela substituição dos nexos de dependência econômica (expansão do capitalismo mercantil sob pressão do neocolonialismo), não será difícil constatar que a referida modernização serviu de base a profundas transformações sócio-econômicas subsequentes. Ela não só gerou certas condições recorrentes e universais de organização das atividades econômicas numa economia monetária e de mercado. Ela provocou a emergência de um novo horizonte cultural no meio dos “homens de negócios”, inseridos nas atividades práticas do “mundo mercantil”. Esse horizonte cultural era novo, como já sugerimos, tanto em seus conteúdos quanto em sua organização. Ele contrastava com o horizonte cultural predominante nos estamentos senhoriais e, mesmo, nas elites econômicas da aristocracia agrária; e se conformava aos requisitos do capitalismo mercantil numa situação de mercado que combinava, nuclearmente, fatores heteronômicos e autonômicos de integração e de diferenciação do sistema econômico global. Por isso, a partir dele é que se iriam irradiar a difusão e a consolidação do capitalismo. De acordo com essa interpretação, não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizaram, historicamente, o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil. Essa função foi preenchida pelo complexo comercial, constituído sob as pressões econômicas concomitantes do neocolonialismo, da emancipação política e do desenvolvimento urbano. Esse fato teria certa importância para as feições adquiridas pelo capitalismo no meio brasileiro, pois sublinha o signo sob o qual ele colocaria a *mentalidade burguesa*. A dimensão especulativa, de per si tão agravada e destorcida, em virtude da ordenação estamental da sociedade, ganharia a dignidade de pedra de toque das atividades econômicas. O “negociante” transfigura-se no protótipo do *homo*

oeconomicus, como se o “homem de negócios” (e não o “empresário”, que exista dentro dele) fosse o demiurgo da criação ou da multiplicação das riquezas.

Em toda a parte em que transcorreu, a “Revolução Burguesa” sempre foi movida por protagonistas históricos que viveram papéis estratégicos para a formação e o desenvolvimento do capitalismo moderno. Em regra, tais personagens pertencem a certas categorias sociais simétricas e tendem a preencher funções homólogas na ruptura com o passado e na criação das novas estruturas econômicas. No caso brasileiro, se omitirmos as referidas categorias sociais e formos diretamente aos agentes humanos que as ocupavam, impregnando-as com os interesses, as aspirações e os valores sociais que davam sentido ou conteúdo históricos às suas ações e relações econômicas, depararemos, fatalmente, com o “fazendeiro de café” e com o “imigrante”. É certo que nem biológica, nem psicológica, nem etnologicamente se poderia falar deles como *tipos humanos*, presumindo-se caracteres físicos, mentais ou culturais homogêneos e inconfundíveis. Não obstante, o fazendeiro de café, que surgiu e se afirmou, historicamente, como uma variante típica do antigo senhor rural, acabou preenchendo o destino de dissociar a fazenda e a riqueza que ela produzia do *status* senhorial. Doutra lado, o imigrante nunca se propôs como destino a conquista do *status* senhorial⁶. O que ele procurava, de modo direto, imediato e sistemático, era a riqueza em si e por si mesma. Só tardiamente e por derivação ele iria interessar-se pelas consequências da riqueza como fonte, símbolo e meio de poder. Por isso, ambos possuem algo em comum: identificam a ruptura com a ordem senhorial como um momento de vontade social, que exprime novas polarizações históricas do querer coletivo. O fazendeiro de café terminou representando, na cena histórica brasileira, o senhor rural que se viu compelido a aceitar e a identificar-se com a dimensão burguesa de sua situação de interesses e do seu *status* social. O imigrante, por sua vez, sempre foi tangido pela *auri sacra fames* fora do contexto do tradicionalismo e, se levou em conta a acumulação estamental de capital, não o fez para praticá-la de maneira conspícua, mas pura e simplesmente

⁶ Se isso ocorresse de forma universal e sistemática, as migrações conteriam, *ab initio*, o propósito de fixação permanente no Brasil. Como se sabe, onde e quando isso se deu, a fixação quase sempre representou uma frustração do anseio de retorno à comunidade nacional de origem e se impôs como a alternativa indesejável mas inevitável da *situação de imigrante*.

para legitimar, socialmente, ações econômicas de extremo teor espoliativo, extorsivo ou especulativo. Assim, os dois pólos opostos da sociedade se tocavam e se fundiam nos planos mais profundos de transformação da ordem econômica, social e política. Sem o saber (e também sem o desejar de forma consciente), o fazendeiro acabou compartilhando o *destino burguês*, que acalentava os modestos ou ambiciosos sonhos do imigrante. Iria caber-lhe, mais que a este, a ingrata tarefa de inspirar a política que deixou o espírito revolucionário "escapar pela primeira fenda dos seus alicerces", consumando a derrocada da dinastia reinante e da própria aristocracia agrária. Foi ele, em suma, que teve de optar com realismo, através dessa política, entre o presente e o passado, opondo a grande propriedade a um regime social que, se fosse mantido depois de extinta a escravidão, poria em risco a viabilidade econômica da grande lavoura. Portanto, independentemente de aspirar ou não àquele destino, o fazendeiro teve de precipitar-se pelos caminhos que eram trilhados pelo imigrante, coincidência responsável pelo fato de ambos aparecerem como os construtores pioneiros do *Brasil moderno*.

O fazendeiro de café, de início, quase não se afasta do protótipo do *senhor rural*, para o qual ele tendia, como participante da aristocracia agrária. No entanto, aos poucos ele é apanhado na rede das pressões que o mercado externo exercia sobre os custos sociais da grande lavoura escravista e passa por duas transformações sucessivas, como e enquanto agente econômico. Primeiro, ele é crescentemente incentivado a operar com a riqueza fora do contexto econômico da grande lavoura. Depois, ele é forçado a renunciar ao *status* senhorial e a adaptar-se às funções de grande proprietário segundo determinações puramente econômicas. Essas determinações puderam ser neutralizadas ou negligenciadas enquanto a forma estamental de acumulação de capital possuía uma base material (o trabalho escravo) e um suporte social (a dominação patrimonialista ao nível do domínio e da sociedade global). Todavia, à medida que a ordem social competitiva se fortalece internamente e que a grande lavoura cai de modo implacável sob os mecanismos econômicos do mercado (em suas conexões com a economia mundial), a ordem social estamental perde sua eficácia como meio de defesa e fonte de segurança. Então, da perplexidade, do pânico e da ruína, o fazendeiro evolui, rapidamente, para adaptações econômicas novas, que redundam no abandono da forma estamental de acumulação de capital e na adoção de uma fórmula alternativa, que consistia em despojar

a grande propriedade dos atributos histórico-sociais do domínio. Desse modo, ela se converteu, com relativa rapidez, numa variante típica da *plantação tropical moderna*, associada à acumulação comercial ou financeira de capital. O que importa, na presente discussão, é que o senhor agrário brasileiro acabou sendo vítima da situação heteronômica da economia que ele geria e explorava, perdendo qualquer possibilidade de preservar o *status* senhorial, a dominação patrimonialista e as funções políticas da aristocracia agrária. Assim, ao longo de três quartos de século, sua posição em face dos elementos estruturais de sua situação de interesses inverteu-se completamente. No começo do processo, ele renegava o "elemento burguês" do seu *status* para afirmar-se como aristocracia agrária, monopolizar o poder e organizar um Estado nacional independente. No fim do mesmo processo (ou seja, no último quartel do século XIX e, em particular, na década de 80), ele se viu compelido a repudiar o próprio *status* senhorial, para salvar-se, através do "elemento burguês" de sua situação. Projetado em um novo contexto histórico-social, esse elemento condicionaria a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em *cidadão* da República. De acordo com a conhecida lógica de que "é melhor que se vão os anéis mas fiquem os dedos", tais adaptações tinham em mira manter, sob as condições inevitáveis de desagregação final da ordem escravocrata e senhorial, o monopólio do poder, o controle do Governo e a liderança da vida econômica nas mãos dos grandes proprietários.

Não é fácil apontar, resumidamente, as principais facetas desse longo e complexo processo histórico-social. Além disso, em seu desdobramento no espaço e no tempo, ele nos apresenta o fazendeiro de café preso a vários destinos — da variante típica do senhor agrário tradicional às versões humanas que o absentismo assumiria em conexão com a grande lavoura nesse nível sócio-econômico (primeiro, no engolfamento do senhor agrário, como tal, nas atividades políticas e econômicas das médias e grandes cidades; em seguida, na sua inexorável transformação em "coronel" e "homem de negócios"). Embora neste ensaio apenas nos preocupemos com questões de caráter essencial e geral, de significação sociológica verdadeiramente explicativa, encontramos na contingência de retomar certos temas já discutidos, para insistir sobre algumas de suas implicações que não poderiam ser esclarecidas senão acompanhando-se as flutuações da situação humana do fazendeiro de café.

Como já assinalamos, com o café a grande lavoura atinge o clímax de suas potencialidades econômicas. É também sob o ciclo do café que ela entra em crise, não apenas de conjuntura, mas estrutural. Por isso, a grande lavoura do café possui significação ímpar — tanto para lançar luz sobre a interpretação sociológica do passado remoto, quanto para ajudar a compreender sociologicamente o passado recente da sociedade brasileira. As fazendas de café tomam certo peso econômico em condições que poderiam ter favorecido outro desenvolvimento econômico do setor agrícola. O fato de os fazendeiros perpetuarem a tradição senhorial indica apenas uma coisa: a propensão deles de se identificarem com um *status* e de defendê-lo por todos os meios possíveis era, no início do segundo quartel do século XIX, tão ou mais importante que a obtenção de riqueza. Esta contava como algo essencial, porém não em si e por si mesma; mas, porque ela constituía a base de uma economia senhorial escravista e do poder da aristocracia agrária. O senhor rural não tomava consciência nem acolhia as considerações e as pressões puramente econômicas, decorrentes da dimensão burguesa de sua situação de interesses e dos mecanismos econômicos do mercado mundial. Ao que parece, a influência dos padrões coloniais, herdados dos portugueses, e o afã de nobilitação induziram os fazendeiros de café a adotarem adaptações econômicas selecionadas previamente pela aristocracia agrária. As discrepâncias que se podem notar entre o antigo engenho e as primeiras fazendas não resultaram propriamente dos atributos da planta nem do seu pretenso “caráter democrático”. Elas emanavam, preponderantemente, de fatores econômicos, sociais e culturais, que modificaram as funções ecológicas e o significado geográfico daquelas adaptações, firmemente preservadas e defendidas. A emancipação política, o impacto econômico resultante da internalização do capitalismo comercial e a dinamização da grande lavoura como pólo vital da economia interna criaram condições que explicam como e por que o ciclo do café assumiu uma feição própria. Certas peculiaridades da plantação, do seu cultivo, da colheita, dos transportes e estocagem etc., concorrem para imprimir maior elasticidade aos fatores de natureza social, econômica e cultural. Contudo, em si e por si elas não conduziram a nada, se o meio social e econômico não fosse capaz de atendê-las adequadamente. Essa interpretação é tão verdadeira que os plantadores, ultrapassadas as fases pioneiras, tendiam a revigorar o padrão tradicional do domínio (justificando-se econômica, social e moralmente através dos imperativos do trabalho escravo),

convertendo a grande propriedade numa unidade de produção, de vida social e de poder, tão independente e auto-suficiente quanto possível e irremediavelmente isolada. Os custos que essa organização social e econômica da produção acarretava eram negligenciados, pois eles não eram contabilizados como realidade econômica mas como exigência fatal de um *status* (ou seja, de um estilo de vida, de uma concepção do mundo e de um sistema de poder). Todas as percepções, representações ou ilusões dos estamentos senhoriais, inseridos nesse processo, terminavam da mesma maneira. Na idéia de que o trabalho escravo continuaria a dar fundamento e viabilidade à ordem senhorial e numa espécie de contra-ideologia, segundo a qual soluções alternativas, que envolvessem outras formas de relação de produção, não se aplicavam à situação brasileira.

Vendo as coisas de uma perspectiva *ex post facto*, não resta dúvida de que havia uma irremediável cegueira na “visão econômica” dos primeiros fazendeiros-barões. Ao exagerar a única fonte de autonomia, que estava ao seu alcance e que era o poder político organizado socialmente, eles esqueceram que não poderiam deter nem modificar as pressões econômicas oriundas do mercado mundial. Apegaram-se, pois, a uma orientação que seria funesta para a expansão econômica do setor agrícola e que seria ainda mais funesta para a integração da economia nacional. Todavia, o horizonte cultural do senhor agrário estava tão dominado pelo afã do *status* senhorial que até mais tarde, quando a crise se abatera sobre as fazendas de café do Vale do Paraíba e a derrocada já parecia iminente, ele ainda negligenciava o ponto nevrálgico e se furtava a atacar a organização vigente das relações de produção. Em vez disso, numa defesa irracional do *status* senhorial, tentou intensificar, de várias formas, a capitalização ao nível técnico, agravando os custos sem elevar proporcionalmente a produtividade do trabalho escravo. Fechou-se o círculo em que se prendera o terrível destino da aristocracia agrária no Brasil. O senhor de escravo, por sua vontade e por suas mãos, escravizava-se ao escravo e à ordem social que se fundara na escravidão, condenando-se a desaparecer quando esta fosse extinta.

Não obstante, como o senhor agrário não possuía real autonomia econômica, mal conseguia manter e preservar as estruturas econômicas coloniais, de que procediam a sua riqueza e o fundamento ou legitimidade do poder da aristocracia agrária. O setor comercial e financeiro, nascido da internalização dos nexos de dependência neocoloniais, não cresceu sob a influência, o con-

trole e a imagem dessa aristocracia. Ao contrário, ele organizou-se a partir de influências, de controles e à imagem dos centros hegemônicos externos. Isso pressupunha duas conseqüências distintas. De um lado, que a heteronomia do senhor agrário, como e enquanto agente econômico, iria polarizar-se crescentemente, em torno de mecanismos econômicos internos, embora controlados de fora em algumas de suas fases e efeitos. De outro lado, que ao se engolfar nesse setor, sem impor-lhe uma estrutura compatível com a situação de interesses e os valores da aristocracia agrária, o senhor rural concorria, de moto próprio, para aumentar e agravar sua condição heteronômica. A questão não estava tanto em que ele dissociasse a riqueza da aristocracia agrária do crescimento da grande lavoura exportadora. Mas, em que ele contribuía, direta e inevitavelmente, para elevar a concentração interna do capital comercial e financeiro, ao qual estava subjugado de diversas maneiras. Assim, a transformação que se operou, tão rica de conseqüências para o desenvolvimento ulterior da economia urbana e do capitalismo comercial e financeiro no Brasil, foi fatal para a aristocracia agrária. Os seus agentes, que se inseriam nesse setor, mesmo que se convertessem em "homens de negócios" com títulos de nobreza (como sucedera com os "barões" do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro), cumpriam o destino de dinamizar o excedente econômico da grande lavoura através de papéis econômicos que escapavam ao controle daquela aristocracia. O sistema estamental de concentração da renda sofria uma distorção, pois deslocava o excedente econômico, que não podia ser aplicado na grande lavoura, na expansão de um setor que colidia com os interesses, as concepções do mundo e as formas de dominação inerentes à ordem escravocrata e senhorial vigente. Sem dúvida, a grande lavoura preenchia as funções de pólo dinâmico de crescimento econômico. Fazia-o, porém, à custa do agravamento de sua heteronomia econômica e de sua ruína futura, contaminando as probabilidades de poder que o senhor agrário desfrutava como e enquanto agente econômico.

Essa dissociação, contudo, não atingia a própria substância da grande lavoura exportadora. Graças principalmente às facilidades proporcionadas pelo monopólio do poder e pelo controle do aparato estatal, a aristocracia agrária podia diluir socialmente os custos negativos da produção escrava sob o regime senhorial. Lograva preservar, desse modo, as tendências de concentração estamental da renda em um ponto de equilíbrio dinâmico que assegurava continuidade àquela produção e ao próprio regime. Por

consequente, enquanto essa acomodação pôde perdurar, tornava-se fácil manter as aparências e resguardar o destino da aristocracia agrária dos efeitos perturbadores e desagregadores da concentração do capital comercial e financeiro. No último quartel do século XIX, porém, manifestou-se um processo que iria estabelecer uma dissociação mais profunda, afetando o núcleo das relações de produção (primeiro, ao nível da continuidade e da produtividade do trabalho escravo; mais tarde, no plano da administração e da gestão). As pressões do mercado mundial sobre os custos sociais da produção agrária atingiram, então, o arcabouço da economia escravista. Essas pressões, vistas superficialmente, punham em causa o custo e a produtividade do trabalho escravo. Pelo menos foi assim que os fazendeiros de café, na ânsia de preservar o *status* senhorial, tentaram interpretar e explicar o que sucedia. As adaptações econômicas desenvolvidas tendiam a aumentar a capitalização da grande lavoura exportadora, mas em condições que se mostraram ineficientes ou gravosas, pois não iam ao fulcro do problema. Passados certos limites, os efeitos desastrosos, a curto prazo, dessas adaptações, revelaram-se dramaticamente, intensificando de maneira uniforme a margem de heteronomia do senhor agrário e transformando-o em mero juguete nas mãos dos agentes internos ou externos do capital comercial e financeiro. Foi nessa situação que alguns fazendeiros do Oeste paulista, mais envolvidos nas atividades e funções do capital comercial e financeiro, compreenderam o que estava em jogo (embora também nessa região a maioria preferisse resguardar o *status* senhorial). Esses fazendeiros eram, impropriamente falando, absentistas⁷ e logravam maior penetração na realidade econômica em virtude da participação de papéis especificamente capitalistas no setor urbano-comercial e financeiro. Tiveram a coragem de romper com o bloqueio estamental tanto ao nível do seu comportamento econômico como e enquanto agentes da produção agrária, quanto em relação ao estilo de engolfamento nas oportunidades econômicas criadas pelo desenvolvimento urbano. Procuraram intensificar o trabalho escravo ou combiná-lo ao trabalho livre, tentando promover a substituição paulatina daquele; concomitante-

⁷ Tendo-se em vista a organização emergente das fazendas, que se convertiam em plantações tropicais em regime de trabalho livre, a localização do fazendeiro na cidade e seu engolfamento crescente em atividades econômicas diferenciadas, seria de fato impróprio falar de absentismo rural. Trata-se, antes, de nova modalidade de organização da produção rural, que excluía a presença permanente e a gestão direta do proprietário.

mente, eliminaram todos os custos diretos ou indiretos, visíveis ou invisíveis com que a ordem senhorial onerava a produção agrícola; substituíram ou aperfeiçoaram as técnicas agrícolas; ao mesmo tempo, modernizaram os transportes; e separaram o lar senhorial da unidade de produção, removendo os fatores de redução da produtividade que provinham das técnicas de organização e de dominação patrimonialistas da produção. As conseqüências dessas transformações na elevação da produção agrária foram indistintamente imputadas à "terra roxa" (mesmo por observadores argutos e por historiadores competentes). Todavia, nesse processo havia surgido outro tipo de fazenda. Esta deixara de ser domínio e passara a organizar-se, econômica e socialmente, como unidade especializada de produção agrária. Introduzia-se, no cenário brasileiro, a plantação comercial típica, associada ao regime de trabalho livre e voltada para a produção dos "produtos tropicais" consumidos no exterior. Essa transformação teve outras conseqüências. A mais importante, do ponto de vista econômico, diz respeito ao estipêndio do *status* senhorial. Ele deixou de ser retirado, exclusivamente, do excedente produzido pela grande lavoura. Outras fontes de renda, vinculadas ao setor urbano, passaram a contribuir para o financiamento dos diversos desdobramentos econômicos, sociais e principalmente políticos dos papéis ou obrigações que sobrecarregavam o fazendeiro.

Essa rápida digressão evidencia como se processou, em nosso entender, a evolução da fazenda de café no contexto da sociedade global. O que cumpre ressaltar, nesse bosquejo, vem a ser: 1.º) a natureza da dissociação que se estabeleceu, de modo inflexível, entre o destino da aristocracia agrária e o crescimento econômico da grande lavoura exportadora; 2.º) os diferentes tipos de "fazendeiros de café", que poderiam ser historicamente vinculados às várias fases percorridas por essa dissociação. Quanto mais próximos estivermos do início do século, maior será a influência da herança tradicional na modelação do horizonte cultural do fazendeiro, que procurará reproduzir o modelo de personalidade-ideal do antigo "senhor de engenho". Nesse caso, a fazenda de café ideal é aquela que reproduz em sua estrutura social a auto-suficiência econômica dos antigos engenhos. O fazendeiro neutraliza-se (pelo menos depois que se consolida como tal) para qualquer atividade econômica que ultrapassasse as fronteiras da supervisão administrativa e a associação com intermediários conspícuos. O excedente econômico destinava-se ao crescimento horizontal da grande lavoura exportadora, às obrigações contraídas

através da solidariedade patrimonial e estamental, ao estipêndio do *status* senhorial ou dos papéis sociais deles decorrentes e ao entesouramento. No outro extremo, deparamos com o fazendeiro que pretendia encarnar a personalidade-ideal do moderno "homem de negócios" do meio urbano. A fazenda, para ele, não é fonte de *status*, mas de riqueza. Devia "dar lucro", acima de tudo. Nesse caso, ele não se sujeitava ao estilo de vida isolado e circunscrito do antigo "barão do café" que morava na sede da fazenda. Também não se submetia totalmente ao seu código ético, que excluía outras atividades econômicas especulativas ou lucrativas do rol das coisas decorosas ou respeitáveis. A fazenda ideal, já sob o trabalho escravo mas principalmente depois da instauração do trabalho livre, seria aquela que absorvesse a menor soma possível de custos improdutivos e contornáveis. Ela devia organizar-se para preencher sua função econômica especializada, consistente em produzir café, na maior quantidade possível, pelo mais baixo preço, oferecendo ao proprietário condições vantajosas ou seguras de barganha. Entre esses dois pólos, estão os casos intermediários, de significação episódica (por exemplo, o fazendeiro da fase pioneira, de instalação da fazenda, que participava ativamente do trabalho coletivo e simplificava a estrutura típica da fazenda-domínio ou da fazenda-plantação comercial durante o transcurso daquela fase) ou que representam fenômenos de transição (por exemplo, o "fazendeiro-barão" que tentava "modernizar" ou "racionalizar" a produção escrava; ou que absorvia papéis econômicos permanentes na expansão do capitalismo comercial e financeiro nas zonas urbanas).

Na etapa inicial, o senhor agrário voltava as costas à dimensão burguesa de sua situação de interesses e a fazenda exprimia fielmente essa disposição. Ela era a base material do domínio e o círculo nuclear de condensação do poder patrimonialista. Nas fases intermediárias, o senhor agrário projetou-se em cenários sucessivamente mais amplos. Embora em pequenos números, ele realizava na cidade um destino que contradizia a fonte de sua riqueza e poder. Não obstante, ainda aqui ele não se definia, socialmente, através das categorias do capital comercial ou financeiro e do mundo urbano. Identificava-se moralmente com o domínio e concebia-se como parte de uma aristocracia agrária invulnerável, estável e monolítica. No período final, ele percebeu a natureza dos seus interesses e de seus papéis econômicos reais, articulando-se sem restrições ao crescimento do "mundo dos negócios", armado pelo mesmo tipo de capital que ele obtinha através da grande

lavoura exportadora — o capital comercial. A princípio, pensava que isso não afetaria a integridade e o poder da aristocracia agrária. Depois, descobriu que esta era avassalada e destruída pela metamorfose do senhor agrário em “homem de negócios”, mas sabia que a única escolha possível, entre a estagnação ou a ruína, e o êxito, impunha-se nessa direção. Não vacilou, quando estava ao seu alcance, ao fazer a escolha... No conjunto, esse longo e tortuoso processo poderia ter sido evitado, se a herança econômica colonial contivesse elementos que permitissem encetar, no começo do século, as adaptações econômicas que se tornaram possíveis no seu término. Isso quer dizer, em outras palavras, que o Brasil pagou quase um século ao atraso econômico, social e cultural em que emergiu da era colonial. A dinâmica e a evolução da vida econômica, nesse interim, não foram determinadas e reguladas pela transformação das estruturas sociais e econômicas das relações de produção, imperantes na grande lavoura exportadora. Mas, pelo modo através do qual o principal agente econômico conseguia integrar, expandir e diferenciar seus papéis econômicos nucleares, com referência ao mercado externo e ao mercado interno. Por isso, quando o burguês emerge do senhor agrário, o fazendeiro de café já deixara de ser, parcial ou preponderantemente, “homem da lavoura” ou produtor rural, e se convertera em puro agente, mais ou menos privilegiado, do capitalismo comercial e financeiro.

Para concluir esta digressão, precisaríamos focalizar duas questões de relativa importância para a compreensão da situação global. Primeiro, a metamorfose final, apontada acima, não abrange diretamente senão um número reduzido de fazendeiros (embora por repercussão e por associação atingisse a maioria das “fortunas sólidas”, lastreadas na grande lavoura exportadora)⁸. Todavia esse pequeno número deu colorido e intensidade aos homens que construíram os alicerces da *economia moderna* no Brasil. Segundo, há uma “lógica interna” na evolução descrita, a qual não tem sido posta em relevo por causa da teimosia em se assimilar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil aos padrões europeus. Desde os primórdios da colonização, o lado especificamente *capitalista* do senhor rural sempre apareceu ao nível da comercialização dos produtos (e por isso mesmo foi neutralizado ou defor-

⁸ Essa afirmação é particularmente válida com relação a São Paulo e à expansão do Oeste Paulista. O Rio de Janeiro preencheu o papel de palco menor (embora nem por isso secundário) com referência ao processo assinalado.

mado). Graças à consolidação da situação de mercado, sob a influência de fatores externos e internos (nos casos, preponderaram os primeiros), os componentes de um arcabouço social que sufocavam ou restringiam os móveis propriamente capitalistas do comportamento econômico foram selecionados negativamente e eliminados. Em consequência, o agente econômico foi sendo progressivamente ajustado à categoria econômica a que deveria pertencer, em virtude do tipo de capital com que operava. Nesse sentido, filiar o fazendeiro de café ao capitalismo comercial e financeiro seria uma explicação do tipo “ovo de Colombo”, se o começo e o fim do processo não se contrapusessem, como uma *economia colonial pré-capitalista* se opõe a uma *economia nacional em integração capitalista* e se o aburguesamento final do senhor agrário não envolvesse a própria desagregação da ordem escravocrata e senhorial. Mesmo no nível de explicação considerado, o Brasil só conseguiu condições para realizar essa transformação, como uma evolução estrutural do meio social interno (para usar conceitos de Durkheim), a partir do momento em que a estrutura da situação de mercado passou a exigir que o senhor agrário (ou o fazendeiro de café) agisse livremente como agente econômico capitalista. Desse momento em diante, o seu destino econômico, social e político deixou de ser uma função da grande lavoura exportadora, projetando-se em torno dos vários interesses gerados pela concentração do capital comercial e financeiro.

Nesse processo, pelo qual o fazendeiro de café experimenta transformações de personalidade, de mentalidade e de comportamento prático tão radicais, interessam particularmente à nossa exposição as duas últimas fases, em que ele se converte em “coronel” e em “homem de negócios”⁹. Como e enquanto “coronel”, ele já era o antípoda do senhor agrário. Afirmava-se, como este, através do poder político gerado por sua situação econômica. No entanto, despojado do domínio, tivesse ou não escravos ele se via privado das compensações, da segurança e da autoridade do *status* senhorial; além disso, com o solapamento, a desagregação ou o desaparecimento da ordem senhorial, deixava de corresponder a uma necessidade social e política, perdendo suas antigas funções socioculturais e econômicas construtivas (o que o tornava, dentro do contexto rural, uma verdadeira regressão ao período colonial;

⁹ O Rio de Janeiro poderia ser tomado como foco de referência dessa caracterização. No entanto, ela se baseia nas transformações ocorridas em São Paulo entre a última década do século XIX e a revolução de 1930.

e, no contexto urbano, uma anomalia anacrônica). Na medida em que a fazenda se transformava segundo os padrões econômicos fornecidos pela variante subcapitalista da plantação tropical, ele deixava de possuir controle pessoal, direto e permanente sobre o seu funcionamento e tendia, inevitavelmente, a ocupar-se, de modo predominante ou exclusivo, com as questões comerciais e financeiras que ela suscitava. Nessa situação histórico-social, em vez de liberalizar a sua concepção do mundo e de democratizar o seu comportamento político, enveredava na direção inversa, pois tinha de procurar em controles impessoais e indiretos, impostos pela ordem legal, de eficácia desconhecida ou incerta, os fatores de estabilidade econômica e da continuidade do seu poder de mando. Doutra lado, esse tipo de fazenda, dissociado das funções senhoriais, não conferia *status*. Ela o projetava na ordem social competitiva, na qual o seu valor social e por conseguinte sua influência política seriam graduados pela extensão de sua riqueza. A última e única possibilidade de privilégio social do prestígio e da autoridade que ainda lhe restavam eram de natureza política. Descobriu, sob um misto de pânico e de fúria, que sua posição relativa no seio da emergente ordem social competitiva era vulnerável e flutuante, sofrendo um desgaste econômico permanente e colocando-o diante da dura alternativa do desnivelamento social progressivo, mesmo mantendo estáveis suas fontes de renda. Apেলou e apegou-se ao poder político para enfrentar e conjurar esse risco, ao mesmo tempo que passaria a cultivar crescentemente formas compensatórias de preservação de *status* (o que o levaria a participar e a incentivar modelos provincianos de mundanismo e de cosmopolitismo) e buscava novos canais de mobilidade social, econômica ou profissional para os filhos, parentes ou dependentes (o que o conduziria à exploração sistemática do nepotismo, não mais como requisito normal da burocratização da dominação patrimonialista, mas como mecanismo de luta pela sobrevivência nos estratos sociais dominantes). Em menos de meio século, nem mesmo o controle exacerbadamente autoritário do poder político e as formas mais drásticas de mandonismo podiam fornecer-lhe recursos para remar contra a corrente. Aceitou o desnivelamento social, com suas implicações econômicas e políticas, redefinindo-se, então, como membro "apagado" ou "proeminente" da *classe alta*.

Como e enquanto "homem de negócios", porém, o fazendeiro de café percorreu outra trajetória. Em regra, ocupava-se muito pouco com os problemas comerciais e financeiros da fazenda, de-

legando tais papéis a subalternos e contentando-se em concentrar sua atenção e energias em tais problemas (ou em outras questões, relacionadas com o rendimento e a expansão das lavouras) apenas em momentos críticos. Portanto, ele encaixava a fazenda na conexão econômica a que ela devia pertencer, depois que evoluiria para o modelo de plantação comercial típica em regime de trabalho livre. Adotava diante dela o mesmo comportamento econômico que as antigas companhias comerciais, só que, em vez de operar através de agentes econômicos independentes (os senhores agrários), que corriam riscos próprios, mas tinham também uma esfera de autonomia material, moral e política, preferiu delegar funções a diferentes categorias de assalariados. Por vezes nem mesmo o capital comercial ou financeiro que manipulava era propriamente "seu", pois se associava a redes relativamente complexas de manipuladores nacionais e estrangeiros de capital, fazendo parte de grupos econômicos centralmente interessados na função da grande lavoura exportadora na captação de excedentes econômicos. Nesse sentido, a sua vinculação com esse setor era meramente estratégica, pois seu motivo propriamente racional dirigia-se noutra direção: a aplicação desses excedentes, na lavoura ou fora dela. Realizou, assim, a potenciação-limite das probabilidades de dinamização das funções econômicas da grande lavoura numa sociedade nacional, situando-as no contexto das múltiplas oportunidades (e, logo, de "escolha racional") oferecidas pela ordem social competitiva. Por isso mesmo, à proporção que esta crescia e se diferenciava, a sua posição econômica e social também crescia e se diferenciava com ela, o que, em outras palavras, significava aumento e desdobramento do seu poder real. Além disso, como lograva projetar a condição de fazendeiro na conexão típica que ela devia possuir na ordem social competitiva, conseguia extrair dela os dividendos sociais e políticos que ainda podia render. Ela infundia certa dignidade e grandeza às suas funções de "homem de negócios", pois, sendo também fazendeiro, ele não era um "homem de negócios" qualquer: tinha atrás de si a auréola, real ou imaginária, da "tradição de família". O seu conservantismo político não nasceria do temor da perda de controle sobre a propriedade e a fazenda, nem do pânico diante do desnivelamento social. Estaria, antes, relacionado com o fortalecimento dos fatores de estabilidade que podiam garantir continuidade ou intensidade à concentração de capital comercial e financeiro "dentro da ordem". Por conseguinte, da representação política pessoal evoluiu, rapidamente, para a delegação de papéis

políticos a agentes de confiança, cedendo o centro do palco em troca do controle efetivo das verdadeiras malhas do poder.

Embora o "coronel" atraísse mais a atenção, foi o segundo tipo de fazendeiro — que era a negação mesma do senhor agrário e o seu *travesti* especificamente burguês — que teve influência marcante no curso dos acontecimentos históricos e que comandou a vida política ou a política econômica do País na fase de desagregação da ordem senhorial e de implantação do regime republicano. Ele foi, sob vários aspectos, o principal agente humano "nativo" da Revolução Burguesa. Ele lhe conferiu o parco e fluido sentido político que esta teve, ao optar pela República e pela liberal-democracia. Também lhe coube liderar as forças econômicas internas, na reintegração que o capitalismo comercial e financeiro iria sofrer, a partir do último quartel do século XIX.

Nesse processo, a sua atuação apresenta dois momentos culminantes. O primeiro manifesta-se no período em que a desagregação da ordem senhorial ameaçava converter a extinção da escravidão numa convulsão social incontrolável e revolucionária. Esse desenlace foi impedido, no plano político, graças à orientação prática, assumida na conjuntura pelos fazendeiros "homens de negócios". Opondo-se à miopia dos donos de escravos que se identificavam, material e moralmente, com o *status* senhorial, procuraram solapar as bases do movimento abolicionista e extrair dele o seu sentido revolucionário. Em menos de três anos, absorveram a liderança política das medidas que concretizariam os ideais humanitários desse movimento, neutralizando-o social e politicamente, e tiraram do que poderia ter sido uma "catástrofe para os fazendeiros" todas as vantagens econômicas possíveis. Com isso, esvaziaram a *revolução abolicionista* de significado político e de grandeza humana. O escravo sofreria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nenhuma consideração pelo seu estado ou por seu destino ulterior. Em compensação, garantiam-se à grande lavoura condições favoráveis para a substituição do trabalho escravo e para salvar, na ordem social competitiva, suas posições dominantes nas estruturas do poder econômico e político. O segundo momento relaciona-se com a política econômica montada para enfrentar os riscos da superprodução. As várias crises que se abateram sobre a lavoura do café, do último quinquênio do século XIX em diante, não foram enfrentadas através de mecanismos indiretos de manipulação do poder, que caracterizaram a política econômica senhorial. Elas foram propostas em termos puramente econômicos, através de medidas racionais, que

visavam instituir a "defesa permanente do café". Semelhante política jamais poderia ser imaginada e posta em prática pelo senhor agrário tradicional e pelo fazendeiro que se representasse como simples "produtor rural". Ela só poderia ser concebida e concretizada sob a condição de que o fazendeiro se empenhasse em resguardar e fortalecer os aspectos comerciais e financeiros da exportação do café, o que exigia que ele participasse ativa e profundamente dessas fases dos "negócios do café". Sem dúvida, para ter êxito, tal política deveria contar com o apoio de toda a categoria econômica e, por isso, beneficiá-la de um modo ou de outro. Por fás ou por nefas, chegou-se, assim, a montar mecanismos econômicos que protegiam o produtor e o exportador, que operavam na economia interna, contra efeitos da superprodução que sempre foram manipulados especulativamente no mercado mundial, com graves prejuízos para as "economias coloniais". Dado o nível de integração atingido pelo capitalismo comercial e financeiro nessa época, dentro da economia brasileira, parece certo que as coisas se passaram com relativa facilidade porque os interesses dos importadores estavam extensamente emaranhados com os interesses dos exportadores. Não surgiram, pois, os conflitos e as manipulações usualmente explorados no mercado mundial para esmagar as pretensões dos "produtores coloniais". Todavia, o importante é que semelhante política de "defesa permanente do café" se estabeleceu e que ela, além de proteger os interesses dos "homens de negócios" ligados simultaneamente à lavoura e ao capitalismo comercial ou financeiro, resguardou o nível de ocupação dos fatores da economia interna e o ritmo de crescimento do seu setor agrário. Desse ângulo, o fazendeiro-"homem de negócios" não só serve de índice de um novo tipo de integração do capitalismo comercial e financeiro no desenvolvimento da economia nacional. Ele próprio se afirma, no plano econômico e na esfera política, como o principal agente dessa integração. Encarna, pois, uma mentalidade econômica tipicamente racional com relação a fins, que modifica a qualidade da dependência ou da condição heteronômica, já que a barganha econômica foi estendida a efeitos da comercialização dos produtos no mercado mundial. Ligando-se esses dois momentos, percebe-se o quanto o fazendeiro-"homem de negócios" imprimiu à Revolução Burguesa a marca de seus interesses econômicos ou sociais e dos seus desígnios políticos mais complexos e profundos. Como o desenvolvimento econômico posterior lança suas raízes no excedente econômico captado pela grande lavoura exportadora, pode-se afirmar que a

Revolução Burguesa abortaria ou tomaria outros rumos se esse agente histórico tivesse cedido a impulsos humanitários ou fosse incapaz de corresponder, decididamente, ao grau de racionalidade exigido do seu comportamento econômico.

Essas razões indicam que existem gradações marcantes nas influências que os fazendeiros exerceram no desencadeamento e na intensificação da Revolução Burguesa. Enquanto se localizou nas cidades, fazendo nelas o seu *habitat* e participando do seu estilo de vida, o fazendeiro concorreu ativamente para a formação e a expansão da economia urbana. Nesse contexto, porém, ele não era um fator humano específico da Revolução Burguesa. Fazia parte de um conjunto de elementos que forçavam a diferenciação da economia brasileira e intensificavam as tendências de concentração do capital comercial ou financeiro. Sua influência era relevante, por ser um agente em condições de assumir e de dinamizar papéis econômicos que requeriam certa disponibilidade de capital. Nem por isso ela se tornava determinante, de uma forma tópica, pois ele não engendrava nada de novo. Entrava na torrente histórica e aumentava o seu volume ou intensidade. Contudo, o mesmo não sucede ao outro nível. Ao absorver papéis especificamente capitalistas na liderança da vida econômica, o fazendeiro concorria, consciente e ordenadamente, para modificar a relação dos fatores que configuravam a estrutura da situação de mercado. Dentro de um contexto de heteronomia residual em face do exterior, inevitável numa economia agrária exportadora, intentava definir seus interesses econômicos não em termos de composições passivas com os manipuladores do mercado externo, mas através das implicações internas da concentração comercial e financeira do capital, gerado pelos "negócios do café". Essa rotação de posições e de perspectivas econômicas forneceu o primeiro alicerce estrutural que deu bases firmes à Revolução Burguesa no Brasil¹⁰. Foi graças a ela que o desenvolvimento prévio e ulterior do capitalismo comercial e financeiro, condicionado pelo crescimento constante do mercado interno e da economia urbana, adquiriu maior densidade e aceleração, podendo preencher as funções econômicas construtivas que desempenhou, como fator de elevação e de diferenciação da produção destinada ao consumo interno. Delineou-se uma posição econômica de *interesse nacional* e os "homens de negócios", procedentes ou vinculados à grande lavoura exportadora, assumiram o controle de sua

¹⁰ O segundo apareceria em conexão com a concentração industrial do capital e teve como seu principal herói o "imigrante".

dinamização econômica e de sua ativação política. Passou-se, assim, da confluência não-articulada de interesses interdependentes para uma fusão dos mesmos interesses, graças à qual as duas tendências de formação e de acumulação de capital (ligadas à grande lavoura exportadora e à expansão do setor comercial-financeiro) se fundiram e provocaram a integração do capitalismo comercial e financeiro como fenômeno nacional. O ápice desse processo foi atingido pela fundação de novos bancos (de cunho privado ou oficial), mas ele se desenrolara, de forma latente, desde o fim do século XIX, e tomara alento com as primeiras medidas de "defesa permanente do café". Quando esta se concluiu como política econômica (de uma categoria social e do Governo), o processo estava consumado, alterando definitivamente a estrutura da situação de mercado, pois a partir daí o capital comercial e financeiro também podia ser livremente manipulado a partir de dentro, através de posições, interesses e decisões dos agentes econômicos internos. Em seguida, o "homem de negócios" que esteve à testa desta transformação estrutural, iria transferir-se para outros ramos da produção agrária e da criação ou se distanciar e se divorciar do setor agrário. Então, já cumprira seus papéis de agente histórico da Revolução Burguesa e erigia em rotina o que antes fora um momento crucial de opção.

No estudo sociológico dessa figura, constata-se que o êxito moderno de São Paulo tem muito que ver com sua posição marginal no seio da economia colonial. Em virtude dessa posição, São Paulo não chegou a participar completamente dos benefícios e das vantagens do estilo senhorial de vida. Mas, por essa mesma razão, também não foi tão firmemente bloqueado por suas deformações e limitações. Um passado de sonhos de grandeza, mas apenas farto de privações, sofrimentos e humilhações, projetava a riqueza fora e acima do decoro que imperava, em tais assuntos, na tradição genuinamente senhorial. Por isso, quando se deu a retração dos trabalhos nas minas e o refluxo de senhores com escravaria, principalmente no Oeste paulista, as oscilantes tentativas de readaptação às lides agrícolas ou comerciais possuíam o mesmo sentido econômico das atividades práticas de populações desenraizadas e migrantes. Sob o império indiscutido e invisível da tradição patrimonialista, florescia o mais ardente empenho de acumular riqueza e de convertê-la em poder. Por isso, quando o café se impõe sobre plantações alternativas (superando mesmo a cana), e engendra um ciclo agrícola de longa duração e de vitalidade econômica crescente, ele se projeta num contexto anímico

e de ação econômica em que a *auri sacra fames* prevalecia sobre todos os demais motivos. Sob esse aspecto, não existem diferenças substanciais entre as “elites nativas” e os “imigrantes”. As poucas gradações relevantes prendem-se ao ponto de partida e ao modo de buscar a riqueza. A motivação básica, porém, era a mesma e conduzia à predominância do *homo oeconomicus* sobre as demais estruturas da personalidade e da vida em sociedade. Em consequência, as funções econômicas do regime patrimonialista e da escravidão sofreriam uma deflexão típica em São Paulo. Malgrado a integridade emocional ou moral com que se submetiam e se identificavam com os valores da ordem escravocrata e senhorial, universal na sociedade brasileira da época, os membros ativos das “elites nativas” tendiam, aqui, a pôr em segundo plano as exigências do *status* senhorial. Evoluíram, intencionalmente, para ajustamentos práticos que convertiam as técnicas econômicas, sociais e políticas do mundo senhorial em meios para atingir fins predominantes ou puramente econômicos. Isso não representava, em si mesmo, um progresso na direção de aumentar sua *racionalidade* como agentes econômicos. Mas produzia sensíveis alterações em suas possibilidades de aceitar a simplificação da estrutura tradicional das fazendas, bem como de explorar com maior margem de eficácia as técnicas econômicas, sociais ou políticas que continuassem a ser utilizadas (como sucedeu, por exemplo, com o trabalho escravo). As mesmas disposições e o estado de espírito correspondente também explicam por que alguns desses fazendeiros preocupavam-se com a modernização e a racionalização da produção agrária, segundo um estilo bem diferente do que prevaleceu no Vale do Paraíba, empenhando-se desde os meados do século XIX em sucessivas experiências com a introdução e a utilização do trabalho livre ou com os custos marginais da produtividade das técnicas agrícolas.

É dentro desse contexto histórico geral que se deve considerar o aparecimento dos fazendeiros de café dotados de nova mentalidade econômica. Dentro desse contexto, a quebra de continuidade com a tradição senhorial, apesar da persistência da escravidão e dos valores fundamentais da dominação patrimonialista, atinge os diferentes níveis de organização da personalidade, da economia e da sociedade. Em primeiro lugar, a própria tradição senhorial deixara de ter vigência indiscriminada e imperativa. Estabeleceu-se uma ruptura entre as “normas ideais” e o “comportamento prático” em matérias essenciais para o código senhorial. Isso não se evidenciava apenas em questões relacionadas com as

aplicações do excedente econômico em fins que convertiam o senhor agrário em “capitalista” (emprego do dinheiro a juros e participação regular de atividades especulativas no setor comercial); transparecia de forma notória no repúdio ao padrão senhorial de vida, no abandono progressivo e dentro em breve sistemático da residência nas sedes das fazendas, no modo de explorar o trabalho escravo e na propensão a aceitar ou a estimular mudanças de significado econômico (como as que ocorreram com os transportes, as vias de comunicação e o trabalho livre, todas mais ou menos repugnantes ao senhor agrário tradicional, empenhado em resguardar o isolamento e o trabalho escravo como bases materiais da dominação patrimonialista).

Em segundo lugar, a personalidade-ideal do senhor rural mudara de configuração. Com exceção de alguns fazendeiros que procediam das zonas do Vale do Paraíba (em decadência) ou de Minas e do Nordeste, o grosso dos fazendeiros apresentava curiosas histórias de vida. Havia os que regressavam da modesta lavoura de subsistência, que se expandira em São Paulo com o surto da mineração; antigos tropeiros e negociantes de gêneros nas minas; alguns ex-mineradores. Em regra, a maioria desses homens compartilhava os valores e as instituições sociais vinculados à dominação tradicional de cunho patrimonialista. Mas tinha limitada e superficial experiência do estilo senhorial de vida. Na prática, portanto, afora as relações pessoais entre pai e filhos, marido e mulher, senhor e escravos e senhores entre si, tais homens concediam-se extrema liberdade para agir independentemente do código ético senhorial — tanto nas fases iniciais de apropriação de terras ou de construção e de consolidação das fazendas (o que seria comum ou freqüente), quanto no aproveitamento sistemático das oportunidades existentes para intensificar a acumulação de capital ou para aplicá-lo reprodutivamente. Em termos de personalidade, eram duros aventureiros, que repetiam em moldes renovados os episódios da era da conquista. Invadiam terras, subjugavam ou destruíam pessoas, esmagavam obstáculos e colhiam avidamente os frutos dessa manifestação de pioneirismo, que combinava audácia, aventura e espírito empreendedor com os móveis do capitalismo comercial, presentes no processo através das relações com as companhias que operavam com a venda de terras, com o financiamento da produção do café etc. Embora fossem homens de origem rural e que almejavam o destino de “potentados” da aristocracia agrária, tinham um passado recente de comerciantes, de negociantes, de agenciadores e de trabalhadores

por conta própria. Por conseguinte, os freios da tradição senhorial não pesavam nem sobre suas vontades, nem sobre suas consciências, nem sobre suas ações. Ao inverso, a liberdade, a autoridade e o poder quase ilimitado de decisão ou de punição, que aquela conferia, eram usados com extremo rigor. Desse modo, o que não sucedera no século XVI nem posteriormente, ocorreria principalmente a partir do segundo quartel do século XIX. Da casca do senhor rural de uma economia colonial brota um *homo oeconomicus* tosco, mas que se notabilizava por uma ambição sem freios, por uma tenacidade que ignorava barreiras e por uma chocante falta de piedade para consigo e para com os outros. Os poucos representantes autênticos da mentalidade senhorial, que conviveram com esses “fazendeiros paulistas” e escreveram sobre seus costumes, fazem-no com desgosto e irritação. Eles não compreendiam o seu afã de riqueza, que gerava crueldades raras ou ignoradas no torvo mundo escravista da casa-grande tradicional, e que erguia uma muralha intransponível entre o anseio de ser “potentado” e a concepção senhorial do mundo.

Em terceiro lugar, ao longo do seu destino, pelo menos até a crise de 1929, esse tipo de homem seria continuamente “bafado pela sorte”. Os papéis econômicos emergentes, nascidos do desenvolvimento urbano ou da expansão interna do capitalismo comercial e financeiro, que estava por trás dele, só poderiam ser aproveitados pelas “famílias tradicionais” de recursos e pelos “imigrantes prósperos”. Dessas duas categorias sociais seriam recrutados os “homens de negócios” da época. Ora, em São Paulo aquelas famílias timbravam por ramificar seus interesses econômicos em várias direções concomitantes. Por isso, os principais cabeças de parentelas combinavam vários tipos de negócios, nos quais preponderavam os interesses agrícolas e outras aplicações altamente especulativas de capitais. A explicação sociológica desse fato é simples. Além de certas organizações estrangeiras, conhecidas ou não como tais, apenas o “fazendeiro de posses” dispunha de capital para se defrontar com um surto econômico repentino e estonteante. Sob esse aspecto, coube-lhe absorver certos papéis econômicos que, no contexto da Corte, permaneceriam tradicionalmente nas mãos do capital externo ou de seus agentes brasileiros. As oportunidades econômicas mais compensadoras congregavam-se, por apinhamento, em torno de sua posição social. Só lentamente essa associação se desfaz, à medida que representantes de outras categorias econômicas (comerciantes, industriais, banqueiros etc.) lograram impor-se graças à expansão das

cidades e da ordem social competitiva, concorrendo com o setor agrário na capitalização dos proventos econômicos do “progresso”. Nessa situação, o ingênuo ideal de converter-se em “potentado” cede lugar, rapidamente, a ambições mais realistas e complexas. A ruptura com o mundo senhorial se avoluma e se aprofunda, pois o homem que não soubera optar pelo *status* senhorial contra a riqueza, que lhe servia meramente de substrato, iria fazer desta o objetivo central de sua atividade prática.

Em quarto lugar, essa situação fará com que o fazendeiro que se transformava em “homem de negócios” tivesse de afirmar-se, econômica, social e politicamente, como tal. Ele seria *senhor* — pois o era, no âmbito da fazenda, da família e aos olhos da sociedade. Mas apenas na superfície. No fundo, ele era, pura e simplesmente, *homo oeconomicus*. O seu poder não viria do *status* senhorial; procederia de sua situação econômica: do capital que dispusesse para expandir horizontalmente a produção agrária, aumentando o número de suas fazendas, e para absorver socialmente as oportunidades econômicas emergentes. Portanto, nesse novo contexto sócio-econômico, suas funções econômicas contrastavam com as funções típicas do senhor agrário tradicional. A pressão envolvente da transformação silenciosa do meio social separava-o, irremediavelmente, das condições que tornaram a aristocracia agrária uma necessidade política e um expediente econômico. Ela levava-o a polarizar-se em torno do capital comercial e financeiro, a lançar-se na torrente estuante do crescimento econômico, a preferir os papéis econômicos que negavam sua veleidade de afirmar-se como “senhor”. Ou se associava às companhias e organizações de capitais estrangeiros, nacionais ou mistos, que controlavam a economia brasileira; ou evoluía, com outros agentes econômicos em situações análogas, para a fundação de companhias e organizações desse tipo; ou se destinava a viver numa espécie de limbo econômico, condenando-se a estagnar numa posição de prosperidade econômica, que seria neutralizada com o tempo, e a converter-se em “coronel” — o verdadeiro representante típico do que seria o sonhado “potentado”, que a economia agrária poderia gerar no novo contexto histórico-social. Nesse sentido, a ruptura com o passado constituía uma contingência irreversível e a preservação de símbolos estamentais apenas concorria para tornar opções inevitáveis menos dolorosas e dramáticas¹¹.

¹¹ A esse respeito, Antônio Prado constitui o representante característico do “homem de negócios”, focalizado de forma típico-ideal. Seus papéis

Em quinto lugar, esse tipo de fazendeiro, que se envolveu até as raízes do seu ser social na economia urbana (e, por conseguinte, nos processos de concentração do capital comercial e financeiro que nela ocorriam), também será *homo oeconomicus* na esfera do pensamento. Aos olhos dos nossos dias é provável que sua imagem do “mundo dos negócios” pareça extravagante — não só por seu completo egoísmo social, como por seu oportunismo sistemático (ambos se evidenciam, por exemplo, através dos arranjos feitos para explorar o escravo até o último instante, pelos célebres contratos de libertação com cláusula de prestação de serviços; ou do envolvimento do Estado na política de imigração e de defesa do café). Contudo, essa imagem precisa ser vista à luz do nosso passado e daquele presente — não em função dos nossos dias e do futuro. Pela primeira vez, na história econômica do Brasil, uma categoria social integrou coerentemente sua percepção, sua explicação e sua atuação sobre o processo econômico: 1.º) compreendendo-o como uma totalidade histórica; 2.º) ligando-o a probabilidades de ação política concretas e controláveis a partir da própria situação de existência dos agentes econômicos. Desse prisma, ao negar e superar o senhor agrário, o fazendeiro-“homem de negócios” realizou o sonho, que aquele acalentou em vão, de fundar sua independência econômica em sua liberdade política. Conseguiu-o, entretanto, não através desta em si mesma, mas do poder de previsão e de ação que alcançou, ao completar sua própria integração aos papéis econômicos que devia desempenhar num regime de capitalismo comercial e financeiro. Por essa razão, é à luz do desenvolvimento deste no Brasil que devemos avaliar as suas técnicas e valores sociais. A estrutura da situação de mercado não eliminara a condição heteronômica residual da economia exportadora, mas modificara sua capacidade de autodefesa e, principalmente, criara meios estratégicos, que

econômicos e políticos, sob a Monarquia e sob a República, traduzem fielmente as diversas conotações desse destino social e econômico, inclusive nas preferências frustradas pela continuidade da ordem senhorial. Doutra lado, para o período anterior, personalidades como Antônio da Silva Prado podem ser tomadas como típicas; e personalidades como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro como atípicas quanto à carreira, mas típicas quanto ao emprego e administração da fortuna. Sob vários aspectos, a importância de Vergueiro, como “homem de negócios”, faz contraponto com a do conselheiro Antônio Prado. Entre um e outro, pode-se compreender como evoluiu essa figura e por que ela contrasta, como negação e superação em sentido capitalista, com o fazendeiro que se acomodou ao destino social, econômico e político do “coronel”.

permitted explorar economicamente a própria dependência. O fazendeiro-“homem de negócios” apreendeu a complexa realidade desse fato e tirou dele todo o proveito econômico possível, tanto nas relações com o mercado externo, quanto (e principalmente) no aproveitamento marginal dos fatores favoráveis aos seus desígnios na economia nacional. O que importa, no caso, é a natureza das categorias de pensamento e de ação que orientaram ou regularam os seus comportamentos práticos. Ao contrário do senhor rural do início do século XIX, ele não tomará consciência da situação e não agirá praticamente para resguardar e integrar o *status* senhorial, em escala estamental e nacional. Ele será movido por motivos puramente econômicos. Tentará tomar consciência e dominar fatores ou efeitos que intervinham na trama e na evolução do “mundo de negócios” — com o fito intencional de submetê-los ao controle possível a partir da organização econômica e de poder ao seu alcance. Para isso, importa técnicos e especialistas (como já fizera antes, para conhecer as conseqüências e a duração da escravidão); e (o que não fizera antes, pelo menos em escala coletiva) usa os seus conhecimentos e previsões, ao mesmo tempo que empolga o Governo para dispor de mecanismos que permitissem pôr em prática a política delineada para fortalecer, a curto e a longo prazo, os interesses econômicos e o poder político de uma classe social.

É relativamente mais difícil tratar do “imigrante”. Se existiam vários tipos de senhores rurais e de fazendeiros, a diversificação predominante nas correntes migratórias e na sua incorporação às economias internas é ainda maior. Todavia, esses aspectos são secundários na presente exposição. A nossa análise importam, sobretudo, certos elementos mais ou menos comuns na situação dos imigrantes, na realização de suas carreiras ou nas influências construtivas que exerceram, seja para eliminar e aperfeiçoar, seja para substituir certos padrões obsoletos de vida econômica.

A presença do *estranho* constituía uma constante da economia de exportação. Essa presença converteu-se numa complexa necessidade, entretanto, depois que a economia de exportação passou a participar diretamente dos mecanismos econômicos do mercado mundial. Daí em diante, a vigência do padrão de civilização das metrópoles econômicas, em bases mais amplas e sólidas, iria implantar uma ordem econômica cuja integração, funcionamento e evolução impunham a formação e a organização de um fluxo migratório permanente daquelas metrópoles (e de

suas economias periféricas) para o Brasil. A inclusão do País no mercado mundial pressupunha que se adaptassem a nossa economia, as nossas instituições econômicas e as nossas relações econômicas aos padrões vigentes no mercado mundial. O que essa inclusão poderia significar, de fato, dependeria das condições que favorecessem a constituição e o desenvolvimento de uma economia de mercado integrada nacionalmente. De imediato, ela representou um avanço súbito da esfera do capitalismo comercial e financeiro, que extraía suas forças da economia exportadora e dos seus efeitos dinâmicos sobre o crescimento econômico interno. A alocação de firmas subsidiárias, de agências ou de escritórios nos pontos estratégicos para o controle da economia exportadora e dos seus reflexos sobre a economia importadora interna acarretou transplantação de agentes econômicos especializados e de pessoal suplementar. Esse processo, por sua própria natureza, tinha escasso significado demográfico, embora possuísse enorme importância econômica, cultural e política. As unidades abrangidas, da ordem da centena ou do milhar de migrantes, facilitava um duplo mecanismo: a) de concentração dos estrangeiros nos pontos economicamente estratégicos (na Corte e nas cidades com relativa vitalidade econômica); b) de diluição desses agentes, predominantemente econômicos, em grandes massas (relativas) de populações urbanas ou rurbanas.

A longo prazo, contudo, a inclusão no mercado mundial acabou ultrapassando as fronteiras da economia exportadora e dos seus reflexos na importação, com os movimentos correspondentes de capitais, instituições econômicas e pessoas. Semelhante desenvolvimento correlacionou-se à reelaboração e à expansão do capitalismo comercial e financeiro, através de vários processos concomitantes, apontados acima (consolidação e crescimento das firmas, agências e escritórios que representavam internamente os capitais internacionais; efeitos do desenvolvimento urbano e da produção para consumo interno sobre a concentração comercial e financeira do capital; crescente participação de elementos da economia exportadora no "alto mundo dos negócios"; etc.). O que importa, aqui, é que a reelaboração e a expansão do capitalismo comercial e financeiro faziam pressão estrutural e funcional no sentido de ajustar a vida econômica interna aos padrões de uma economia capitalista. Em outras palavras, estimulavam a organização de uma economia de mercado integrada nacionalmente. Por isso, os dois pólos concomitantes, em que aquela pressão estrutural e funcional se manifestava, diziam respeito:

1.º) à expansão do trabalho livre, em volume e em diferenciação; 2.º) à expansão da produção destinada ao consumo interno, também em volume e em diferenciação. A referida evolução contrairia outra forma, se a aristocracia agrária não assumisse o controle interno da vida econômica, social e política da Nação emergente. Se uma alternativa desse tipo se tivesse concretizado, a economia exportadora de plantação deixaria de vincular-se a estruturas tradicionais de poder e poderia adaptar-se mais depressa às formas que apresentaria com a extinção da escravidão e a implantação do trabalho livre. Como tal alternativa não se consumou, historicamente, as duas conseqüências assinaladas tornaram-se inevitáveis e tanto um pólo quanto outro (embora sofrendo as distorções estruturais e dinâmicas oriundas da presença do trabalho escravo e da predominância exclusiva da monocultura exportadora), teriam de avolumar-se e de diferenciar-se, de modo gradual e continuamente. Seria impraticável alimentar um setor capitalista integrado, da natureza e das proporções daquele que foi transferido para o Brasil, dadas as demais condições (emancipação política nacional, extensão territorial e composição ou tamanho da população), sem que ele adquirisse, naturalmente, certo grau de dinamismo. Malgrado os bloqueios diretos ou indiretos da ordem social tradicional (resultantes do monopólio do poder, da concentração social da renda e do predomínio quase completo do trabalho escravo), o capitalismo comercial e financeiro realizou, aqui, as mesmas funções que preencheu em toda a parte, forçando a expansão e a intensificação de formas capitalistas de concentração do capital comercial e financeiro. No bojo desse processo, a inclusão da economia brasileira ao mercado mundial conduziu a um novo tipo de transplantação de imigrantes. Nesta fase, a questão não era mais de pequenos números. Impunha-se saturar espaços vazios, suprir pessoal diversificado para alimentar o crescimento qualitativo e quantitativo do setor comercial e financeiro, transferir excessos de reservas de trabalho para garantir aumento constante e diferenciação contínua da produção destinada ao consumo interno, enfim, era preciso muita gente, com novos padrões e estilos de vida, para consolidar internamente a economia de mercado em expansão. Por essas razões, a imigração atinge, paulatinamente, a casa dos grandes números e mantém-se nesse nível enquanto as referidas funções econômicas foram preenchidas pelo imigrante.

Em virtude dessas conexões econômicas, as correntes imigratórias prendem-se a fatores que projetavam o imigrante nos

setores monetários da economia. Quaisquer que fossem os azares ou os infortúnios dos indivíduos, nas comunidades de origem, duas constantes atravessam e marcam, profundamente, as suas motivações psicossociais. Primeiro, a transferência para a América constituía, em si mesma, uma transação econômica, na qual os agentes empenhavam a sua vida, os seus parcos haveres e as suas energias ou capacidade de trabalho. O alvo predominante comum consistia, neste plano, em “fazer a América” — isto é, formar uma espécie de espólio, que constituiria a “fortuna” ou a “riqueza” que deveria premiar e compensar a audácia, a persistência e o talento do agente. Segundo, o retorno para a comunidade nacional de origem, naturalmente em outra situação econômica e com probabilidades de ascensão social, era entendido como o ponto culminante e indiscutível do “êxito” alcançado. Mesmo os países que ofereciam melhores perspectivas imediatas ou remotas que o Brasil, raramente foram definidos pelos imigrantes como “Pátria de adoção” definitiva. A alteração e a reversão dessas expectativas se deram como um processo lento e inexorável, às vezes depois de reiteradas experiências, frequentemente amargas e infrutíferas, de readaptação às comunidades de origem. A “Pátria de adoção” impôs-se como uma sorte de fatalidade, não por escolha voluntária das primeiras gerações. O importante, para a nossa análise, está no fato de que a combinação das duas expectativas reforçava o poder condicionante causal e motivacional dos fatores econômicos, sociais e culturais que impeliam os imigrantes para os setores monetários da economia. Sob esse aspecto, o imigrante poderia ser comparado ao judeu das descrições e interpretações de Sombart. Ele não só entrava no circuito econômico, quaisquer que fossem os papéis e posições que lograsse desempenhar, por motivos psicossociais de natureza econômica. Fazia parte da sua perspectiva e do seu cálculo econômico acumular riqueza em forma monetária. Considerações de *status* possuíam para ele escassa significação. Qualquer que fosse a fonte da riqueza, esta precisava materializar-se (ou ser materializável) monetariamente — ou seja: ser contabilizada e multiplicada como *dinheiro*.

Essa conexão psicossocial, cuja análise sociológica ultrapassaria os limites deste ensaio, projetava o imigrante num contexto econômico e social que colidia, substancialmente, com a ordem social escravocrata e senhorial. A questão não está tanto no fato de que o imigrante procedesse de economias capitalistas mais avançadas, nas quais o trabalho livre, o contrato, a livre compe-

tição etc. imperavam e organizavam, as relações econômicas. Nem no fato correlato, de que a ordem social escravocrata e senhorial degradava o trabalho humano e restringia ou eliminava as oportunidades econômicas freqüentes numa economia de mercado capitalista. Ao que nos parece, ela reside no fato, bem mais simples, de que a acumulação estamental de capital, inerente àquela ordem social, constituía um processo econômico relativamente rígido e muito fechado. Nas condições imperantes no regime senhorial brasileiro, as oportunidades econômicas só eram abertas em duas direções: aos que dispunham de *status* senhorial na estrutura estamental da sociedade ou lograssem condições para atingi-lo (processo este que dependia das probabilidades de poder que aquele conferia e, portanto, que assentava a *abertura* relativa da sociedade estamental nos interesses especificamente senhoriais); aos que dispunham de bastante capital comercial ou financeiro para se inserirem, diretamente (como “negociantes” ou “capitalistas”), nos processos de comercialização inerentes às economias exportadora e importadora. Ora, embora a imigração seletiva, vinculada a esses processos, nunca chegasse a ser interrompida (ao contrário, ela continua até hoje), o imigrante das grandes levadas anônimas não podia satisfazer normalmente nenhum dos dois requisitos. Para ele, o *status* senhorial erguia-se como uma barreira intransponível (ou de transposição muito difícil e demorada) ao único tipo de acumulação de capital consagrado e que permitiria alcançar os seus alvos econômicos de maneira completa. Só tardiamente (e em função do êxito, que não excluía a necessidade complementar de ostentação de formas compensatórias de *status*) é que iria reconciliar-se com os símbolos da ordem senhorial e adotá-los na medida do possível. No mais, para explorar as possibilidades abertas pelo segundo requisito, tinha de dispor-se a infringir as formas senhoriais de acumulação de capital. Tornar-se, aberta e reconhecidamente, uma personalidade divergente, que convertia a *riqueza* em um fim e transformava a si próprio e aos outros em *meios* para atingi-lo¹².

Os caminhos de acumulação de capital acessíveis ao imigrante comum eram, naturalmente, os mais duros e penosos. De

¹² Está claro que essa caracterização foi calcada na reação societária típica à atividade econômica do imigrante. Essa reação possuía natureza ideológica e, por isso mesmo, ignorava a relação existente entre o *status* senhorial e a riqueza, que lhe servia de fundamento (mas não era vista como objetivo da dominação senhorial).

início, eles não só eram relegados pelos membros das elites senhoriais; convertiam em renegados os que os palmilhassem. Em consequência, o isolamento cultural operava como um fator de autoproteção, apesar das várias formas de acomodação que envolviam contatos sociais e trocas culturais. Graças a esse isolamento, o imigrante podia fechar-se em si mesmo e em pequenos grupos (com frequência, a família pequena ou a parentela; em menor escala, o grupo de companheiros, formado por conterrâneos da mesma comunidade local do País de origem). Abstinha-se, assim, de interagir moralmente com os costumes e os valores da sociedade adotiva, no caso, os costumes e os valores dos estamentos senhoriais. Desse modo, possuía liberdade para atingir seus fins, rompendo com o código ético a que teria de responder em sua sociedade nacional e não respondendo ao código ético das camadas senhoriais da sociedade brasileira. As técnicas sociais de acumulação de capital, que podiam ser efetivamente mobilizadas e exploradas, raramente tinham algo que ver com o padrão de uma economia capitalista avançada. O imigrante transplantava e se beneficiava pelo menos de alguns complexos da tecnologia econômica do País de origem. Somente com o tempo, porém, surgiriam condições favoráveis à utilização de técnicas mais ou menos complexas de acumulação de capital. Poucos traziam pecúlio suficiente para inserir-se diretamente no ápice do sistema ou em posições intermediárias. O pecúlio, em regra, nem dava para financiar a instalação na comunidade local para que se dirigisse. O imigrante rompia, portanto, com a tradição senhorial em todas as fases de sua carreira. Num sentido literal, o trabalho próprio — e não o trabalho alheio, sob a forma de apropriação do trabalho escravo — seria a fonte de sua subsistência e de sua eventual riqueza ou prosperidade¹³.

Em consequência, as formas de acumulação de capital, adotadas predominantemente pelos imigrantes pioneiros, giravam em torno da metamorfose do trabalho em dinheiro. Isso não quer dizer que se tratasse sempre do trabalho pessoal ou de uma forma constante de trabalho. Surgiram vários "modelos" de exploração

¹³ Ainda aqui, a caracterização foi calcada em reações societárias típicas, no caso dos próprios imigrantes. Essas reações também tinham caráter ideológico e ignoravam as formas de apropriação de trabalho alheio, desenvolvidas através da cooperação doméstica e das relações de companheirismo, para não se falar de outras implicações, que surgiam da adoção de menores ou do próprio trabalho livre a pagamento.

do trabalho e da mobilidade ocupacional, intencionalmente voltados para a acumulação de capital. A mais simples e conhecida diz respeito à cooperação doméstica. O imigrante aproveitava a solidariedade doméstica e formas tradicionais de dominação (com frequência variantes da dominação patriarcal) para estender ou aumentar a produtividade do trabalho e para intensificar a apropriação individualista do excedente econômico, produzido pela família (e, em casos mais raros, pela parentela). Em si mesma, porém, essa modalidade de acumulação de capital dificilmente poderia levá-lo tão longe quanto queria ir e de modo tão rápido quanto desejava. Os que se colocaram na lavoura tiveram êxito, ao explorá-la, porque combinaram essa técnica a outro expediente. A estreiteza da faixa monetária obrigava os fazendeiros a arranjos que redundavam, através da parceria, em suplementação *in natura* dos pagamentos monetários. Dada a sua orientação econômica, o imigrante conseguia, por meio da produção de suas hortas: 1.º) reduzir sua área como agente de consumo, preservando seus padrões alimentares em níveis de segurança e de conforto (com frequência, conforme às determinações mínimas da própria tradição cultural); 2.º) desenvolver uma esfera independente de comercialização constante de bens de consumo (com frequência, tão ou mais compensadora que o trabalho do grupo, em famílias numerosas). A essas duas técnicas sociais, cuja natureza conjuntural e adaptativa é evidente (o que explica por que perderam sua eficácia e desapareceram com o tempo), agregavam algo que se poderia chamar de utilização econômica marginal da mobilidade social horizontal e vertical. Como o fito das adaptações econômicas indicadas, fornecidas pelo trabalho vendido e pelo sobretabalho poupado, consistia em acumular riqueza em forma monetária, atingido certo patamar de êxito o imigrante se via impulsionado a recomeçar o processo em níveis mais complexos (sob condições de contrato mais vantajosas, abandonando a condição de trabalhador, tentando modalidades acessíveis de mascateação ou de pequeno comércio e de produção artesanal, comercial etc.). Apesar de todas as lendas que circulam a respeito, a maioria dos imigrantes não alcançavam o referido patamar, vendo-se condenada, contra a vontade, ao colonato permanente ou à proletarização como destino social. Os que o alcançavam, a partir dele modelavam o seu futuro de acordo com as mencionadas lendas. Deslocavam-se de uma fazenda para outra ou da fazenda para a cidade (muitos, para uma pequena cidade; vários, diretamente para uma cidade grande ou

para a capital: tudo dependia do gênero de atividade escolhida como patamar econômico subsequente). Se a aventura esboçada desse certo, da mascateação e do pequeno comércio o imigrante poderia passar para formas mais complexas de comercialização ou, mesmo, para a produção de bens de consumo; da mesma maneira, da produção artesanal comercial poderia evoluir para o comércio a varejo ou atacadista e para a produção industrial. O ponto crítico da carreira era atingido quando lograsse posições econômicas que enfeixavam em suas mãos maiores possibilidades de acumulação que as requeridas pelo gênero de negócios explorado. Então, tinha de tomar decisões a respeito de como orientar-se economicamente, girando num torvelinho que o levava a mudar de cidades, a ampliar suas firmas, a trocar de ramos de atividade e a combinar negócios interdependentes. Somente ao situar-se naquelas posições (portanto, depois de períodos mais ou menos longos de adaptações à sociedade brasileira), o imigrante via-se com meios e condições para pôr em prática as técnicas capitalistas, que porventura conhecesse e transplantasse consigo do País de origem.

Nessas posições econômicas, o imigrante, qualquer que fosse o seu destino social posterior, ainda estava longe do tope. Mas já se convertia em agente econômico da concentração de capital comercial e passava a absorver (e por vezes a monopolizar) os papéis econômicos emergentes de uma economia de mercado em consolidação e em expansão. Tais papéis foram sistematicamente menosprezados pelas elites senhoriais. No entanto, o desenvolvimento econômico subsequente mostraria que eles eram estratégicos, seja para a aceleração do enriquecimento dos agentes (a curto prazo), seja para a sua mobilidade ocupacional ou empresarial e para a sua ascensão social (a longo prazo). Acresce que, ao explorar as oportunidades econômicas abertas pela mobilidade horizontal e vertical, com tamanha versatilidade ocupacional ou econômica, o imigrante alargou o seu horizonte econômico. Em particular, conhecia por via prática: as dimensões potenciais do mercado interno; suas perspectivas a curto prazo; as áreas de consumo que podiam ser atacadas segundo um novo estilo econômico; os capitais disponíveis que se mantinham bloqueados mas que podiam ser mobilizados, com certas garantias e a longo prazo; arranjos comerciais que permitiram introduzir, na comercialização de produtos agropecuários destinados ao consumo ou à produção industrial, técnicas empregadas na Europa, onde o capital comercial procedeu à concentração da produção artesa-

nal; etc. Com base em tais conhecimentos e aproveitando astuciosamente o crédito ou a confiança obtidos, o imigrante podia dar os saltos mais altos e, por fim, aventurar-se no terreno mais difícil da produção industrial. De início, as barreiras bloqueavam o seu caminho em várias direções. Ainda aí, porém, poderia passar de um pequeno empreendimento para outro maior, associar firmas de produção de bens de consumo com firmas comerciais, até chegar, progressivamente, aos ditos "impérios industriais". Nesse processo, teve de vencer a resistência inicial dos importadores, as deficiências do comércio interno, as dificuldades de captação de capital. Mas, também aí, logrou êxito, favorecido pelo impulso dinâmico indireto de uma economia de mercado em consolidação e expansão. Tornou-se, assim, simultaneamente, o principal agente econômico da primeira tendência definida e consistente de substituição de importações, um agente econômico privilegiado nas fases iniciais de concentração do capital industrial e o herói da industrialização, a segunda transformação estrutural que tornou a Revolução Burguesa uma realidade histórica no Brasil¹⁴.

Os resultados dessa caracterização sumária sugerem algumas conclusões fundamentais. O imigrante não transplantou apenas, como se pensa vulgarmente, uma *mentalidade capitalista* para o Brasil. Isso não seria, em si mesmo, muito relevante, pois nas

¹⁴ Esse esboço típico-ideal, de *per se* já simplificado até onde seria possível a uma exposição inteligível dos processos considerados, é deliberadamente sumário. O esquema apresentado foi escolhido tendo em vista introduzir o máximo de variáveis e de situações alternadas na carreira econômica do imigrante, que se localizasse em regiões como as da Província ou do Estado de São Paulo (que ofereciam, pelas oportunidades econômicas emergentes, possibilidades-limites ao aproveitamento da mobilidade horizontal e vertical). Mesmo nessas regiões o esquema poderia variar em função do ponto de partida e do ponto de chegada do imigrante (se ele ia para a agricultura, se ficava na cidade; se se tornava colono, artesão ou comerciante; se viesse a ser comerciante, industrial, fazendeiro ou mesmo banqueiro). Além disso, nas colônias do Sul, onde os modelos de organização comunitária correspondiam melhor às exigências da cultura transplantada, a influência de padrões europeus sobre o desenvolvimento econômico foi maior (como, por exemplo, se poderia ilustrar com Blumenau). Tais alternativas, porém, se apresentam dentro das mesmas tendências nucleares básicas, as quais ligam o imigrante à consolidação e à expansão da economia monetária e de mercado, convertendo-o em agente da concentração do capital comercial, industrial e financeiro e fazendo dele um dos grandes protagonistas históricos da Revolução Burguesa. Por isso, julgamos dispensável introduzir os elementos concernentes a tais variações da situação humana do imigrante na exposição acima.

regiões do País onde essa mentalidade não encontrou situação propícia para medrar ocorreu regressão econômica, social e cultural (fenômeno conhecido como caboclicização, que chegou a ocorrer mesmo nas proximidades de cidades como São Paulo). O importante é que a mentalidade capitalista se impôs e cresceu internamente, através de atividades econômicas sucessivas, desempenhadas pelo imigrante no meio social ambiente; se se introduzir alguma relativização em tal afirmação, poder-se-á dizer que essa mentalidade surgiu e se difundiu, aqui, como um processo histórico-social e econômico da sociedade brasileira, condicionado por instituições, valores e padrões econômicos absorvidos das metrópoles hegemônicas. Graças às situações econômicas que teve de viver, o imigrante projetou a mentalidade econômica, assim constituída, num setor que alcançara certa diferenciação e alguma vitalidade, embora fosse bloqueado pela rigidez inerente à acumulação estamental de capital e à circulação da renda numa sociedade senhorial. Esse setor, organizado em função do capital comercial e financeiro, era dinamizado e se expandia através de variados, intensos e contínuos estímulos externos e internos, mas ficaria comprimido enquanto não se criassem conexões mais sólidas entre a produção para o consumo interno, a diversificação do comércio interno e o fluxo de capitais nessas duas direções. Favorecido pelo crescimento relativo crescente da oferta de capitais, provocado principalmente pela proliferação de agências financeiras ou bancárias estrangeiras e pelas atividades econômicas do fazendeiro-"homem de negócios", e pelo grau de racionalidade adaptativa de sua mentalidade econômica (e não pelo teor ideal de racionalidade econômica, como se tem afirmado, pois este exigiria as condições normais de um regime capitalista integrado), o imigrante concentrou sua ação econômica em áreas que eram vitais para o aparecimento ou o fortalecimento das referidas conexões. Quanto ao comércio, não só contribuindo para expandir e diferenciar a rede de estabelecimentos, o que em si mesmo seria economicamente importante, mas, o que era verdadeiramente essencial, estabelecendo ramificações de superfície e em profundidade entre a comercialização e a produção internas. Daí resultou uma vasta e rápida concentração de capital comercial que se refletiu, especialmente, sobre a lavoura de subsistência, a criação de gado vacum e porcino e, durante curto período, a produção artesanal, inseridas de modo regular (na maioria dos casos pela primeira vez, em termos de mecanismos monetários), no mercado interno. Quanto à produção, seja contribuindo para

expandir a pequena empresa agrícola e a produção agropecuária industrial comercializada, seja imprimindo a produção manufatureira maior diferenciação e magnitude de escala. Daí também resultou uma rápida e vasta concentração de capital comercial e de capital industrial, de conseqüências estruturais para o aumento, a diferenciação e a organização do consumo, para a expansão e a integração do mercado interno, e para a redução e a modificação da pauta das importações. O lado positivo dessas realizações desencadeou avaliações societárias justamente encomiásticas, que conferem ao imigrante a auréola de pioneiro do capitalismo industrial e subestimam a participação que o "homem de negócios" brasileiro teve na criação do mundo econômico do Brasil moderno.

No entanto, há algo mais importante em jogo. Se aprofundarmos a análise, descobriremos que a mentalidade econômica do imigrante foi vítima de sua racionalidade adaptativa (o que equivale a dizer: das condições imperantes no meio brasileiro, que não teve elementos para aproximar essa racionalidade dos requisitos ideais do "espírito capitalista" típico). De fato, o que explica o êxito do imigrante, senão a sua versatilidade em aproveitar as condições do ambiente, favoráveis aos seus designios econômicos? Ora, essa versatilidade estendia a racionalidade adaptativa também aos papéis criadores ou construtivos do agente econômico. Tudo se passava como se uma lógica implacável animasse o comportamento econômico, estimulando o sujeito a não considerar "inteligentes" ações ou aspirações que transcendessem a seus fins racionais. Semelhante lógica não eliminava o teor construtivo e inovador do comportamento econômico do imigrante. Embora o meio não funcionasse como um fator multiplicativo, o próprio contexto dentro do qual o comportamento se desenrolava imprimia-lhe esse caráter. Percebe-se isso facilmente, quando se atenta para as formas e as funções da acumulação de capital, postas em prática pelo imigrante. Elas envolviam um conflito latente com a ordem econômica tradicional e pressupunham, inevitavelmente, a sua negação e superação. Nas fases iniciais do processo de acumulação de capital, o conflito latente resultava do próprio destino humano do imigrante, o qual o impelia, independentemente de peculiaridades pessoais, a acumular dinheiro. Nessas fases, o conflito não continha potencialidades construtivas nem se dinamizava como processo social. Em seguida, porém, os mesmos motivos que o conduziam a acumular dinheiro impulsionavam-no a transformar o dinheiro

acumulado em fonte de mais dinheiro. Aí o conflito latente com a ordem senhorial erigia-se em processo social, adquirindo sentido e funções sociais construtivas. Nessas fases, a acumulação de capital entrava em sua conexão capitalista típica e impelia o imigrante, através das ações econômicas que empreendia (nos dois setores mencionados no parágrafo anterior), a funcionar como um agente de desagregação da ordem social senhorial e de consolidação e expansão da ordem social competitiva. Para localizar e entender as limitações da racionalidade adaptativa e as implicações negativas da lógica econômica que a alimentava, é preciso reter a mentalidade e o comportamento econômicos do imigrante através das ações que se desenrolavam ao nível da referida conexão.

O circuito da ação econômica do imigrante (visto em termos da conexão de sentido capitalista, que se estabelecia socialmente) envolvia, estrutural e funcionalmente, três elementos básicos. A consecução de fins racionais imediatos, nas formas que parecessem mais compensadoras e nas condições mais facilmente realizáveis. Portanto, a estruturação e a dinamização do "processo econômico" — nas condições materiais e morais, espontâneas ou institucionalizadas, em que se desenrolava o referido circuito — raramente coincidiam, mesmo de forma irregular e parcial, com os padrões de "cálculo econômico racional" e de "comportamento econômico racional", inerentes a uma economia capitalista integrada. É preciso imaginar a situação histórico-social considerada em termos da fluidez, da indeterminação e da confusão que emanavam da coexistência, dentro de um mesmo espaço sociocultural, da ordem senhorial, em fase de declínio e de desagregação, e da ordem competitiva, em fase de consolidação e de início da expansão auto-sustentada. A conexão de sentido capitalista não se vinculava a nenhum padrão de equilíbrio de um sistema econômico constituído nem à eficácia de mecanismos econômicos plenamente coordenados institucionalmente. Ela provinha de fatores instáveis e variáveis, embora compartilhados pelos agentes econômicos que se encontrassem em situações análogas, os quais neutralizavam ou deformavam os chamados "mecanismos de mercado" e conferiam ao ator extrema liberdade e versatilidade na consecução de seus fins racionais. Por conseguinte, as escolhas que ele fazia e que apresentavam caráter racional possuíam esse caráter não por causa dos interesses econômicos de um grupo, de uma classe social ou da sociedade nacional. Elas adquiriam tal caráter em função dos fins e dos meios do agente eco-

nômico considerado individualmente, e em condições que privavam tanto a ordem senhorial quanto a ordem competitiva de intervirem regularmente, de maneiras positivas ou negativas (ou seja, estimulantes ou restritivas) na graduação societária de seus meios e fins econômicos. Em outras palavras, os efeitos antieconômicos ou anti-sociais de semelhante tipo de racionalidade escapavam ao controle societário eficiente e normal sempre que se produzissem como parte de processos puramente econômicos (isto é, não interferissem nos aspectos legais da ordem existente). Aliás, mesmo que o contrário pudesse suceder, seria duvidoso que o agente econômico aceitasse controles societários que interferissem no grau de liberdade e de autodeterminação de que necessitasse para realizar, economicamente, sua condição humana. O mais provável, se isso acontecesse, seria o abandono puro e simples da cena histórica... Indo ao que importa, a questão não está na existência e na predominância de fins e meios imediatistas, oportunistas e ultra-egoísticos. Mas, no que advinha daí. Primeiro, o agente econômico não estabelecia o nível ideal, historicamente possível, das adaptações econômicas segundo critérios que levassem em conta os requisitos estruturais e dinâmicos da acumulação capitalista. Em conseqüência, a evolução gradual do capitalismo comercial se fazia desencontradamente, sob os efeitos espontâneos das adaptações econômicas realizadas, e com um aproveitamento normal mínimo de técnicas econômicas, sociais e políticas absorvidas das economias capitalistas hegemônicas. Segundo, a interferência de interesses comuns de grupos, estamentos ou classes, e da própria comunidade nacional (um elemento condicionante e regulativo fundamental do "processo econômico" na economia de mercado de uma sociedade competitiva), operava ao sabor do acaso ou sequer chegava a concretizar-se como realidade histórica. Em conseqüência, as formas e as condições através das quais os fins imediatos eram atingidos e manipulados não sofriam controle externo regular, constante e intenso, como se fosse socialmente irrelevante estabelecer-se um mínimo de equilíbrio entre aqueles fins e a integração ou o desenvolvimento da economia de mercado.

Essas reflexões não contêm nenhuma intenção crítica ou moralista. O imigrante simplesmente repetia, a seu modo e segundo um estilo próprio, a epopéia de conquista. Chegara a vez da sociedade nacional conquistar novas "fronteiras econômicas" e o "cálculo racional" do agente econômico, embora tivesse uma conexão capitalista específica e característica, só podia corres-

ponder à racionalidade adaptativa das fases de instauração e de universalização de um novo regime econômico. Tal cálculo respondia à lógica da aventura, da cupidez e da audácia. Ele nos interessa de perto porque aí parece estar o calcanhar-de-aquiles do desenvolvimento ulterior do capitalismo no Brasil. O principal agente econômico da formação e da expansão do novo regime econômico não tinha razões emocionais, materiais e morais que o impelissessem ou o obrigassem a projetar seus interesses econômicos em processos econômicos de longa duração, que o incitavam a imaginar-se, a pensar-se e a agir como o construtor de um novo mundo econômico. Os fins imediatistas também deviam ser alcançados através de formas e de condições de ação econômica imediatistas. Com isso, não pretendemos insinuar que o imigrante se desinteressasse pelo futuro. Ele se interessava. Mas sonhava com ele fora e além do contexto histórico-social que servia de palco à sua atuação econômica. Dadas as resistências e as dificuldades econômicas apontadas, é quase certo que ele não lograria êxito ou desistiria de seus intentos se fosse forçado, contra a vontade ou à revelia da lógica da racionalidade adaptativa, a orientar as escolhas através de combinações menos imediatistas e egoísticas, mas também menos compensadoras, entre meios e fins econômicos. Todavia, independentemente de qualquer juízo ou raciocínio judicativo, essa situação humana do agente econômico explica *como e por que* ele se tornou vulnerável ao clima material e moral da economia escravista e senhorial.

No fundo, o imigrante não só repetiu, sob novo estilo, o passado do senhor agrário colonial. Ele transferiu critérios estamentais de concentração social da renda para processos puramente econômicos de acumulação e de reprodução do capital. As condições de composição e de funcionamento do mercado interno favoreceram e, até certo ponto, eternizaram esse processo. O volume e a intensidade da circulação eram demasiado pequenos para os dinamismos de uma economia de mercado de bases estritamente monetárias e capitalistas. O agente econômico tinha de "estender a margem de lucro", para extrair de um reduzido número de operações resultados realmente compensadores e estimulantes. Nesse sentido, tanto a revolução comercial atingia o seu ápice, quanto a revolução industrial se iniciava em um contexto econômico caracteristicamente "colonial" (entendendo-se por esta palavra certa estrutura do sistema econômico global). Por isso, o agente econômico divorciava-se dos elementos regu-

ladores da *ética capitalista* (e dos mecanismos de motivação e de controle indiretos da livre competição) em todas as fases da ação ou relação econômicas que ultrapassassem ou saíssem do ciclo imediato da apropriação. Num primeiro passo, ele procedia a um relativo esvaziamento econômico da acumulação capitalista, convertida parcialmente em simples privilégio social. Assim, a reinversão não seria determinada, nem quantitativa nem qualitativamente, apenas por determinações orgânicas e dinâmicas do próprio processo de acumulação de capital. Em um segundo passo, ele separava a acumulação capitalista do *querer coletivo* da própria categoria sócio-econômica a que ele pertencia, eliminando da ação ou da relação econômicas capitalistas, que praticasse, conteúdos de consciência histórica ou de vontade social que poderiam transformá-lo, concomitantemente, em agente histórico premeditado da criação de uma ordem econômica capitalista. Assim, como sucedera antes, com o senhor agrário da época colonial e da primeira fase da época nacional, esse novo agente econômico passaria a mover-se, de forma diligente, pertinaz e construtiva, tão-somente no âmbito mais acanhado de sua situação social de interesses. Não iria projetar tais interesses em planos mais amplos nem tentaria explorar outros tipos possíveis de racionalidade econômica, que poderiam associar as atividades econômicas (e mesmo o crescimento econômico) a ideais coletivos de auto-suficiência econômica ou de independência nacional.

Não obstante, o imigrante seria o nosso tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da *mentalidade capitalista* e iria desempenhar os principais papéis econômicos que estruturaram e dinamizaram a evolução do capitalismo no Brasil. Pondo-se de lado o que o estrangeiro representou para a montagem inicial de uma economia capitalista dependente, ele preencheu, graças aos referidos papéis econômicos, três funções sociais construtivas na organização de nossa economia monetária e de mercado. Primeiro, coube-lhe uma função primordial para a constituição de uma economia capitalista: a de constituir o agente original do trabalho livre. Como escreve Weber, em conhecida formulação: "cálculo exato — a base de todo o resto — só é possível sobre a base do trabalho livre"¹⁵.

Sob esse aspecto, parece fora de dúvida que a inclusão do Brasil no mercado mundial, sob um regime econômico senhorial e escravista, forçou a diferenciação que converteu a reserva de

¹⁵ *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, p. 22.

trabalho das sociedades capitalistas avançadas em fonte do trabalho livre de uma economia neocolonial. Semelhante função, em si e por si mesma, confere ao imigrante a grandeza de fator de precipitação e de condensação das transformações que serviram de base ao aparecimento de uma economia monetária e de mercado puramente capitalista¹⁶. Segundo, malgrado sua condição inicial de equivalente humano do escravo, o imigrante logo se erigiu no único elemento (excluídos os estamentos dominantes e intermediários da ordem senhorial), que possuía expressão monetária e poder aquisitivo real. Nessa esfera, ele preencheu a função de transferir para as diferentes camadas da plebe rural ou urbana expectativas e padrões de consumo típicos de uma "sociedade moderna" e "democrática". Essa função tem sido negligenciada. Entretanto, antes que os meios de comunicação em massa difundissem os chamados "efeitos de demonstração", o imigrante despertara nas massas humanas desfavorecidas imagens bem nítidas dos níveis de vida que são "mínimos" e "vitais" na civilização moderna. No plano econômico, essas imagens concorreram para ampliar e diferenciar tendências de consumo que os imigrantes introduziram e que, anteriormente, pareciam prerrogativas ou privilégios das camadas senhoriais. Terceiro, o imigrante tanto concorreu para intensificar o desenvolvimento interno do capitalismo comercial e financeiro, quanto ocupou uma posição central na canalização socialmente construtiva de suas influências dinâmicas, que faziam pressão sobre a diferenciação e a intensificação da produção destinada ao consumo interno. Essa função, demasiado sabida, imprimiu à sua atividade prática conseqüências econômicas profundamente autonomizadoras. Ao organizar ou expandir tipos de produção que se originavam e consumiam através do mercado interno, ajudou a transplantar para o Brasil, predominantemente de forma socialmente inconsciente, modelos de desenvolvimento auto-sustentado, característicos das economias capitalistas integradas. Nesse sentido, sua importância para a expansão do capitalismo transcendeu às diferenças raciais, étnicas ou nacionais e foi balizada por dinamismos internos de economia brasileira.

É dentro desse contexto geral que se deve apreciar, sociologicamente, a transplantação, a assimilação e a ascensão social do imigrante. Em termos psicossociais e culturais, ele representa

¹⁶ Ou, como diria Weber, de uma economia monetária e de mercado de caráter *ocidental e moderno*.

mais que uma ruptura com a tradição senhorial e com a dominação patrimonialista, apesar das acomodações que o levaram a compartilhar, de modos mais ou menos profundos, conforme as variações da situação de contato, interesses, valores e ideologias das elites nativas no poder. O imigrante introduziu no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir em que o "cálculo econômico" e a "mentalidade racional com relação a fins" acabaram alcançando, pela primeira vez em nosso País, a consistência estrutural e funcional requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade. Isso é evidente em todas as comunidades que receberam colonização prolongada e intensa. Tais comunidades sofreram, quantitativa e qualitativamente, durante períodos mais ou menos longos, o que se poderia chamar de europeização do seu estilo de vida. Em conseqüência, o imigrante se converteu no centro de irradiação e de difusão de novas atitudes, de novos comportamentos e de novas aspirações sociais, alguns transplantados com sua herança sociocultural, outros forjados aqui, graças às adaptações econômicas indicadas ou a efeitos integrativos da aculturação. A presente discussão interessa os aspectos desse complexo painel que parecem ter alguma relação com o impacto da imigração sobre a expansão interna do capitalismo.

Em primeiro lugar, a tradição cultural que poderia constituir um bloqueio à ação econômica racional do imigrante fazia parte de sua própria herança social. O imigrante procedia dos centros econômicos metropolitanos e hegemônicos. Nem sempre, porém, provinha de áreas nas quais o capitalismo agrário, comercial e industrial estavam intensamente desenvolvidos. A decisão de imigrar quase sempre respondia a insatisfações ou a frustrações econômicas e sociais. Contudo, se o imigrante procurasse reproduzir, fielmente, as situações de existência social para as quais fora socializado, seria difícil que lograsse êxito como agente de poupança e de acumulação monetária. Portanto, ele foi impelido a praticar escolhas racionais na seleção de elementos da herança sociocultural transplantada e da herança sociocultural que lhe foi oferecida. Ao que parece, o fulcro desse mecanismo repousa em dois pontos: a) a neutralização dos elementos da herança sociocultural transplantada que pressupunham atitudes, comportamentos e aspirações sociais desvantajosas para a intensificação da poupança e da acumulação monetária; b) a exploração de elementos puramente tradicionais da herança sociocultural transplantada segundo motivos racionais com relação a fins (o que

permitia converter a família, a solidariedade entre parentes, a cooperação doméstica ou entre conterrâneos etc., em meios para atingir fins). No conjunto, pois, o imigrante realizava, na esfera econômica da cultura, a passagem da "ordem tradicional" para a "ordem capitalista", repetindo em condições diversas o mesmo processo que se passara, estava ocorrendo ou iria transcorrer nas comunidades de origem e que a urbanização desencadeara e tendia a acelerar nas cidades brasileiras.

Em segundo lugar, as vantagens do imigrante nas adaptações decorrentes da desagregação da ordem escravocrata e senhorial, bem como da formação concomitante de uma economia capitalista diferenciada, não provinham de fatores psicológicos, mas de fatores psicossociais. Se se levar em conta apenas os primeiros fatores, o fazendeiro (principalmente o fazendeiro do Oeste paulista) nada ficava a dever, aparentemente, ao emigrante. As vantagens adaptativas deste procediam, ao que parece, da maneira pela qual aceitava e se propunha a mudança. De um lado, com freqüência provinha de comunidades em fases de mudança, nas quais os efeitos indesejáveis da desorganização (da personalidade, da cultura e da sociedade) se mostravam de modo forte e dramático. Por isso, no torvelinho da vida social brasileira, sabiam pela experiência anterior o que podiam esperar de certas alterações *in flux* e como enfrentá-las em termos da própria situação de interesses. De outro lado, a orientação aplicada ao uso de elementos tradicionais da herança sociocultural transplantada foi aplicada, pelos mesmos motivos básicos, às condições de mudança desordenada do meio social brasileiro. Onde e como lhe foi possível, o imigrante explorou a mudança de maneira racional com relação a seus fins econômicos. Não só soube projetar-se no contexto da mudança (aproveitando as oportunidades econômicas emergentes, relacionadas com a alteração dos padrões de consumo, com a diferenciação do comércio e com o crescimento da produção destinada ao mercado interno); também soube capitalizar a mudança economicamente, propondo-se ou impondo-se como o próprio agente desses processos econômicos (como se verifica através da história de vida dos grandes comerciantes, grandes industriais ou grandes banqueiros, que tiveram pontos de partida modestos e chegaram às mais altas posições, porque souberam destacar-se como inovadores, no plano da economia, nos momentos oportunos). Acresce que, como ele dependia da mobilidade horizontal e vertical para intensificar a poupança e a acumulação monetária, a inovação para ele ad-

quiriu o caráter de "meio de vida" e de "fator de êxito", na competição ocupacional ou econômica. Isso explica, em conjunto, como lhe foi mais fácil seja superar as limitações de uma condição rural de origem, seja tirar proveito vantajoso de uma condição urbana de origem. Quaisquer que fossem suas reações emocionais e morais aos fatores ou efeitos das mudanças *in flux*, o seu comportamento prático orientava-se por avaliações e objetivos egoísticos e desenraizados, de teor ultra-racional. Essa propensão só se diluía e dissipava quando o imigrante descobria que a volta ao País de origem constituía uma quimera e que seus próprios interesses econômicos obrigavam-no a preservar a ordem social existente no meio brasileiro da devastação da mudança cultural desenfreada. Então, já atravessara o período mais duro de aquisição e de consolidação da sua fortuna, e precisava engajar-se em novas orientações de comportamento, que adaptariam sua personalidade ao *status* social adquirido e à plena fruição das compensações materiais ou morais correspondentes.

Em terceiro lugar, estabeleceu-se uma correlação freqüente entre emergência de papéis econômicos novos e certas tendências de ajustamento social do imigrante. Este não podia competir com o senhor agrário ou com o fazendeiro ("coronel" ou "homem de negócios"). Porém, quando a inclusão da economia brasileira no mercado mundial atingiu proporções que afetavam a estrutura da situação de mercado interna, ele foi colhido pelos diversos papéis e posições organizados em torno dessa situação. É importante que se reflita sobre as implicações dessa vinculação. A significação econômica das adaptações iniciais era relativamente "mediocre". Tanto que elas compeliavam o imigrante a formas de apropriação do trabalho muito duras e certamente desaprovadas em sua própria tradição cultural. No entanto, tais papéis e posições só podiam caber, exclusiva ou predominantemente, ao imigrante (como consequência da rigidez da ordem senhorial e do trabalho escravo). Ora, esses papéis e posições econômicas não gravitavam em torno da estratificação estamental da sociedade e da organização senhorial da economia. Eles procediam de exigências estruturais ou funcionais da inclusão do mercado interno à economia mundial. Por isso, na medida em que os dois processos inter-relacionados se desenvolvem (em que a economia senhorial se desintegrou e em que a economia capitalista se expandiu), o imigrante se viu colocado em todos os papéis e em todas as posições que eram fundamentais na estrutura da situação de mercado e possuíam significação econômica ímpar para as suas trans-

formações subseqüentes. Sob esse aspecto, seria preciso distinguir a formação de uma “mentalidade econômica racional” e efeitos naturais mas imprevisíveis da evolução interna do capitalismo. Aquela mentalidade surgiu e se difundiu de maneira comparativamente mais homogênea e intensa entre os imigrantes. Mas, mesmo em casos-limites (como os de um Matarazzo ou de um Renner), ela só foi explorada em termos funcionais e conjunturais. Ou seja, ela transparece apenas em escolhas que punham ênfase na expansão setorial da economia e dentro de escalas de previsão de curto e médio prazos. O imigrante foi favorecido, assim, pelo curso do processo histórico-social independentemente das limitações iniciais de suas oportunidades econômicas e do nível dentro do qual definiu o seu horizonte de competição econômica. Ao cabo de meio século (se se tomam como ponto de referência os anos de 1880 e 1930), podia romper a crosta da acomodação passiva diante das elites das famílias tradicionais e tentar qualquer destino social como *homo oeconomicus*, pois via-se localizado, inesperadamente, nas melhores e nas mais altas posições da estrutura do sistema ocupacional e econômico da sociedade brasileira “moderna”.

Em quarto lugar, cumpre dar alguma atenção adicional às funções econômicas do imigrante. Como ele foi importado como parte de um processo de organização e de expansão capitalista do mercado interno, essas funções situaram-se em dois extremos interdependentes. Cabia-lhe absorver, simultaneamente, as posições e papéis econômicos emergentes em uma economia rural em transformação e em uma economia urbana em formação. Daí resultava uma espécie de especialização econômica invisível. O imigrante e o senhor agrário ou o fazendeiro nunca se chocariam, normalmente, a partir do mesmo *status* econômico. O conflito entre eles surgiria de polarizações econômicas divergentes — como sucedeu, por exemplo, nas situações em que os senhores rurais pretenderam tratar seus colonos como se fossem escravos. Doutro lado, daquela conexão histórico-social e econômica advinha uma conseqüência fundamental. Enquanto o fazendeiro só exercia funções relevantes para a expansão do capitalismo nas posições que estavam no ápice da estrutura econômica, o imigrante fazia o mesmo de todas as posições possíveis, de “assalariados” a “homens de negócios”. Assim, as funções econômicas que lhe cabiam, no contexto histórico-social, diziam respeito ao fortalecimento crescente, à diferenciação contínua e à consolidação final da ordem social competitiva. O fazendeiro tinha um pé no presente, outro

no passado. O imigrante, ao contrário, tinha um pé no presente, outro no futuro. Mesmo sem possuir uma consciência social dessa condição histórica e sem agir politicamente de acordo com suas inspirações, suas ações e relações econômicas requeriam a existência da ordem social competitiva e o seu aperfeiçoamento constante.

Em quinto lugar, apesar de todos esses aspectos positivos, a inteligência e a manipulação prática dos processos econômicos, por parte do imigrante, sofriam a interferência de elementos fortemente pré e anticapitalistas. A preocupação de poupança e a acumulação monetária de capital, sob o afã de “voltar à Pátria”, e a tendência de acomodação passiva diante dos interesses maiores dos círculos sociais dominantes, converteram o “trabalho” ou o “negócio” numa especialidade circunscrita e fechada, que constituía a própria (e freqüentemente a única) *razão de ser* do agente econômico. Por conseguinte, os processos econômicos configuravam-se, nas esferas de percepção, consciência e transformação da realidade pelo sujeito, como unidades puramente econômicas. As conexões intencionais assumiam, desse modo, caráter estritamente econômico e, se produziam ou levavam a outras conseqüências, eram previstas e operavam como fatores extra-econômicos de motivação e de organização do comportamento. A explicação sociológica desse fato parece simples. Privado de uma situação de poder que respondesse às suas responsabilidades econômicas, o imigrante confinou o elemento racional de seu horizonte cultural às condições e efeitos de suas ações e relações econômicas que ele podia coordenar, controlar e prever. Contudo, a essa inconsistência cultural do comportamento econômico prenderam-se formas de acomodação política (e mesmo de capitulação política) prejudiciais ao funcionamento e ao desenvolvimento da ordem social competitiva. Premido pelo desnível entre sua posição econômica, sua situação de interesses e suas probabilidades de poder, em vez de forçar uma reintegração do padrão de equilíbrio do poder político, o imigrante preferiu identificar-se com as ideologias das elites nativas no poder e procurou absorver, com relativa rapidez assim que se interessou pela participação nas estruturas de poder da sociedade brasileira, as técnicas sociais de dominação política empregadas por aquelas mesmas elites. Está claro que semelhante evolução também era economicamente “vantajosa” e “racional”, em particular para aqueles que tinham construído “grandes empresas” ou “impérios econômicos” e careciam de meios políticos para se defenderem ou para se fortalecerem.

Nessa transformação, todavia, acabou sendo neutralizado todo e qualquer tipo de radicalismo político, porventura ligado às novas posições econômicas conquistadas pelo imigrante¹. Os processos de democratização da renda, do prestígio social e do poder, básicos para os destinos da ordem social competitiva, deixariam de contar com agentes políticos conspícuos, denodados e diligentes. O que importa, para esta exposição, é que, num momento, o imigrante separa a economia e a política. Em outro, junta-as, mas de maneira que contrasta com o significado e com as funções de suas atividades no plano econômico. Convertendo-se ao "liberalismo" das elites tradicionais, incorpora-se, de fato, aos círculos conservadores e passa a compartilhar formas de liderança e de dominação políticas variavelmente conflitantes ou inconsistentes com a consolidação da ordem social competitiva e com o que isso teria de representar no plano econômico (predomínio do capital industrial; reforma agrária; aceleração do desenvolvimento econômico e constituição de uma economia de mercado integrada em escala nacional; formação de um regime capitalista independente). Em suma, projetado fora dos contextos histórico-sociais das economias das metrópoles do mundo moderno, o imigrante perfilha uma filosofia política que não pressupõe o "capitalismo avançado" e que constitui, opostamente, um fator de resistência ou de solapamento às mudanças que possam conduzir ao *capitalismo como estilo de vida*.

¹ Na descrição, foi negligenciado o papel dos imigrantes que não entraram na espiral da ascensão social, falhando como agentes da acumulação de capital e da expansão das técnicas capitalistas "modernas". Como é bem conhecido, esses imigrantes concorreram fortemente para representar o anarquismo, o socialismo e o sindicalismo nas comunidades em que viviam. (Voltaremos ao assunto adiante.)

SEGUNDA PARTE

A FORMAÇÃO DA ORDEM SOCIAL COMPETITIVA

(Fragmento)